



**Milena Martins Madureira Ferro**

**Serviço Social e a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a  
produção stricto sensu (2006 – 2018)**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Luciene Alcinda de Medeiros

Rio de Janeiro  
Abril de 2020



**Milena Martins Madureira Ferro**

**Serviço Social e a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a  
produção stricto sensu (2006 – 2018)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada  
pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Luciene Alcinda de Medeiros**

Orientadora  
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Rita de Cássia Santos Freitas**

UFF

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Milena Martins Madureira Ferro**

Graduou-se em Serviço Social na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2006. Especialista em Serviço Social em Oncologia pelo INCA (Instituto Nacional de Câncer). Especialista em Geriatria e Gerontologia pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

#### Ficha Catalográfica

Ferro, Milena Martins Madureira

Serviço social e a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a produção stricto sensu (2006 – 2018) / Milena Martins Madureira Ferro; orientadora: Luciene Medeiros. – 2020.

121 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Serviço Social - Teses. 2. Lei Maria da Penha. 3. Gênero. 4. Violência doméstica contra a mulher. 5. Feminismo. 6. Serviço social. I. Medeiros, Luciene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

A todas as mulheres que já sofreram algum tipo de violência  
e lutam contra a naturalização dessa agressão.

## Agradecimentos

À minha querida orientadora Luciene Medeiros por ter acreditado na minha capacidade e pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos professores e aos funcionários do Departamento de Serviço Social da Puc-Rio, pelas importantes contribuições e palavras de apoio, pelos ensinamentos e pela ajuda.

Aos meus pais, Leise Martins Madureira e Helenio Madureira pela educação, atenção, apoio e carinho de todas as horas.

Ao meu marido, Thiago Monteiro Ferro, e minha filha, Mila Madureira Ferro, por todo apoio, paciência e compreensão neste período.

Aos meus colegas da PUC-Rio.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

## Resumo

Ferro, Milena Martins Madureira; Medeiros, Luciene Alcinda de. **Serviço Social e a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a produção stricto sensu (2006 – 2018)**. Rio de Janeiro, 2020. 121p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa objetivou analisar a discussão acerca da Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, na produção científica dos programas de pós-graduação stricto sensu do Serviço Social no Brasil no período de 2006 a 2018. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico das produções científicas neste período em dois bancos de dados: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Com um quantitativo de 24 produções, optou-se por fazer uma pesquisa do tipo “Estado da arte”, seguida do estudo qualitativo das 07 (sete) Dissertações de Mestrado que constavam em ambos os bancos de dados. Buscou-se analisar a discussão que vem sendo construída nessa determinada área do conhecimento, na tentativa de mapear a produção científica stricto sensu do Serviço Social no que concerne à temática, sendo necessário para isto desvelar “quem”, “onde” e “como” estas pesquisas foram produzidas. A violência contra a mulher é uma realidade presente no cotidiano profissional da assistente social, portanto, a ampliação do debate na formação acadêmica, seja na graduação, na pós-graduação lato sensu e stricto sensu, deve ser motivada uma vez que a atuação dessa profissional está imbricada nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher vítima de violência, tanto na gestão, na implantação, na implementação quanto no controle social. Apesar de sua pertinência, a produção stricto sensu do Serviço Social sobre a temática ainda é escassa. No entanto, os trabalhos demonstram aprofundamento do tema ao conceituar gênero, destacar a preponderância dos movimentos feministas e de mulheres e contextualizar a Lei analisando sua aplicabilidade e/ou efetividade dentro dos espaços que atuam no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

## Palavras-chave

Lei Maria da Penha; Gênero; Violência doméstica contra a mulher; Feminismo; Serviço Social; Políticas Públicas de Gênero.

## Abstract

Ferro, Milena Martins Madureira; Medeiros, Luciene Alcinda de (Advisor). **Social Work and the Maria da Penha Law: reflections on stricto sensu production.** Rio de Janeiro, 2020. 121p. Master's thesis - Department of Social Service of the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This research aimed to analyze the discussion about Law nº 11.340, entitled Lei Maria da Penha, of August 7, 2006, in the scientific production of the stricto sensu graduate programs of Social Work in Brazil in the period from 2006 to 2018. For both, a bibliographic survey of scientific productions in this period was made in two databases: the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the CAPES Theses and Dissertations Catalog. With a total of 24 productions, it was decided to conduct a research of the type “State of the art”, followed by the qualitative study of the 07 (seven) Master's Dissertations that appeared in both databases. We sought to analyze the discussion that has been built in this particular area of knowledge, in an attempt to map the stricto sensu scientific production of Social Work with regard to the theme, being necessary for this to reveal “who”, “where” and “how” these surveys were produced. Violence against women is a reality present in the professional daily life of the social worker, therefore, the expansion of the debate in academic education, whether in undergraduate, postgraduate lato sensu and stricto sensu, must be motivated since the performance of this professional it is interwoven in public policies to confront violence against women who are victims of violence, both in management, implementation, implementation and social control. Despite its relevance, the stricto sensu production of Social Work on the subject is still scarce. However, the works demonstrate a deepening of the theme when conceptualizing gender, highlighting the preponderance of feminist and women's movements and contextualizing the Law by analyzing its applicability and/ or effectiveness within the spaces that act in the fight against domestic and family violence against women.

## Key words

Maria da Penha Law; Genre; Domestic violence against women; Feminism; Social service; Public Gender Policies.

## Sumário

1. Introdução	13
2. Do gênero à violência doméstica e familiar contra a mulher	18
2.1. Conceituando Gênero	18
2.2. Violência doméstica contra a mulher como expressão da violência de gênero	27
2.3. Feminismo no Brasil: um breve panorama histórico	34
2.4. A Lei Maria da Penha	40
3. Serviço Social, gênero e a sua intervenção junto à violência contra a mulher	47
3.1. O Serviço Social e a discussão de gênero	47
3.2. A formação profissional e o reflexo no atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica	52
3.3. Mapeamento da produção stricto sensu do Serviço Social acerca da Lei Maria da Penha	56
3.4. Perfil das autoras das dissertações e teses	62
4. Reflexões do Serviço Social sobre a Lei Maria da Penha	71
4.1. Breve resumo das dissertações selecionadas	73
4.2. Análise do debate do Serviço Social na produção stricto sensu	83
5. Considerações finais	102
6. Referências	106
7. Apêndice	113
Apêndice A	113
Apêndice B	117



## Lista de tabelas

Tabela 1 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis na BDTD, por área do conhecimento. 58

Tabela 2 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis na BDTD na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas. 58

Tabela 3 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis no Catálogo de teses e dissertações da CAPES. 59

Tabela 4 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis no Catálogo de Teses e dissertações da CAPES na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas. 60

## **Lista de quadros**

Quadro 1 - Autoras que trabalham na intervenção com a temática da violência contra as mulheres. 68

Quadro 2 - Dissertações dos programas de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social sobre a Lei Maria da Penha disponíveis na BDTD. 71

## Lista de figuras

Figura 1 - Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 24

Figura 2 - Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais). 25

Figura 3 - Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, na semana de referência, por sexo (%). 26

Figura 4 - Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UFs (2017) 31

*Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.*

Simone de Beauvoir

## 1.

### Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a discussão acerca da Lei Maria da Penha (Lei n 11.340, de 7 de agosto de 2006) na produção teórica dos programas de pós-graduação stricto sensu do Serviço Social no período de 2006 a 2018.

A escolha por esta temática se deve a minha experiência como bolsista CNPq da pesquisa “Prevenção da Violência Sexual: Avaliando a Atenção Primária no Programa à Assistência Integral à Saúde da Mulher” (PAISM), integrante do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (SUS): Gestão Compartilhada em Saúde, Apoiado Pelo Ministério da Saúde, CNPq e FAPERJ, vinculada ao Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da UFRJ durante a graduação.

Diante da experiência acadêmica citada, emergiu a necessidade de ampliar o olhar para os outros tipos de violências sofridas pelas mulheres e analisar a evolução da sociedade e da academia acerca da temática, buscar conhecer as características do debate atual dentro do Serviço Social acerca dos estudos. E para tal, a Lei Maria da Penha, um marco legal no combate à violência contra a mulher, engloba e traz em seu texto as definições desses diversos tipos de violências cujas mulheres são as principais vítimas.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema entre as dissertações de mestrado e teses de doutorado do Serviço Social, a fim de discutir e analisar o que a profissão tem produzido a respeito da Lei Maria da Penha. Foi realizada uma pesquisa exploratória a fim de delimitarmos o nosso objeto através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e banco de dados de teses e dissertações da Capes. O resultado desta busca direcionou o nosso olhar para a produção stricto sensu específica do Serviço Social.

Entendemos que o caminho até a materialização da lei conhecida como Lei Maria da Penha passa pela problematização da discussão de gênero. Neste trabalho, a perspectiva concebida é que são nas e através das relações sociais que são construídas as identidades de gênero. “O sexo anatômico constitui apenas uma referência para a construção desse tipo de identidade” (Saffioti, 1995, p. 197).

A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. Saffioti considera que:

(...) não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia (1992, p. 210).

Portanto, segundo Veloso (2001) as relações de gênero precisam ser problematizadas na formação profissional das<sup>1</sup> assistentes sociais visto que, pode ser útil para a reflexão sobre as relações sociais. Por vivermos em uma sociedade marcada pela desigualdade, a formação profissional deve contemplar a discussão das suas multidimensões, quais sejam: raça/ etnia, região e gênero.

A Lei Maria da Penha aponta como uma de suas diretrizes a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação (artigo 8º). De fato, a Lei coloca a assistente social no mapa do enfrentamento à violência contra a mulher e reforça, quando em seu artigo 9º situa que:

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

A violência contra a mulher é uma realidade e a assistente social é uma das profissionais essenciais no atendimento a essas mulheres. Não é por acaso que tem como um de seus espaços sócio-ocupacionais os equipamentos sociais disponibilizados pelo Estado, como delegacias especializadas e casas-abrigo, dentre outros serviços especializados no atendimento à mulher que fazem parte da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

---

<sup>1</sup> Optamos por trazer o texto no feminino com a finalidade de dar visibilidade ao gênero feminino, tendo em vista a centralidade da discussão de gênero para o trabalho, em detrimento da norma culta da língua portuguesa que pede a utilização do gênero masculino quando se referir genericamente.

Iamamoto (1999) aponta que um dos desafios para o Serviço Social é justamente a capacidade de decifrar a realidade e de construir nesta realidade novas respostas às demandas emergentes do cotidiano capazes de preservar e ampliar a efetivação de direitos. Esse compromisso com uma prática profissional emancipatória poderá fazer com que tenhamos usuários sujeitos dos processos sociais nos quais estão inseridos e capazes de observar, questionar e identificar o processo desigual de inserção.

Dados da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” (2004), apontam que a violência que acomete as mulheres se estende por todo território nacional. Sem realizar recorte de renda ou ascendência racial, os dados mostram que 43% das mulheres, quando estimuladas, responderam já ter sofrido alguma forma de violência; 33% declaram que em algum momento de sua vida sofreram alguma forma de violência física: 27%, psíquica, e 11%, assédio sexual. A violência física (ameaça/ cerceamento) aparece como a forma mais comum de violência. Em 24% das mulheres que sofreram violência, 18% já vivenciaram violência psíquica por meio de xingamentos e 15% foram ameaçadas com coisas quebradas e roupas rasgadas (Medeiros, 2016).

De acordo com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), o acesso à Educação tem aumentado entre as mulheres em quantidade e qualidade se comparado aos homens, no entanto tal vantagem não se estende ao mercado de trabalho. Ainda não avançamos na garantia de condições igualitárias na entrada e permanência nesse mercado, tampouco no quesito referente à remuneração pelas mesmas atividades desenvolvidas.

No entanto, o documento assinala que nos últimos quinze anos houve um fenômeno que poderia ser chamado de feminização do mercado de trabalho, justificado por uma conjunção de fatores, como: “a redução na taxa de fecundidade, o aumento da escolaridade feminina e as mudanças nos valores relativos aos papéis e espaços destinados às mulheres, além, é claro dos fatores econômicos” (2008, p. 32).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante a igualdade de direitos entre homens e mulheres, em direitos e obrigações. De acordo com Medeiros (2016), mais do que isso, ela é um marco jurídico-político na institucionalização dos direitos humanos no Brasil, na qual atribui ao Estado o dever de criar

mecanismos para coibir a violência na esfera familiar e proteger cada um de seus membros.

A violência contra a mulher passou a fazer parte do debate público como prática condenável que não deve nem pode ser tolerada pela sociedade. Nos últimos anos, normas legais se consolidaram formando um importante arcabouço jurídico com foco no enfrentamento dos diferentes tipos de violências contra a mulher, a exemplo da criação da Lei Maria da Penha em 2006, da mudança de Lei do Estupro em 2009<sup>2</sup>, da Lei do Feminicídio em 2015<sup>3</sup>, e da mais recente Lei de Importunação Sexual de 2018<sup>4</sup>.

Desta forma, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Do gênero à violência doméstica e familiar contra a mulher”, nos atemos à discussão teórica sobre gênero, passando pelos conceitos de violência e suas diversas formas, além de uma breve contextualização histórica do feminismo no Brasil até a criação da Lei Maria da Penha. Os estudos parecem ter avançado no sentido de aprofundar conceitos e categorias de análise fundamentais para o melhor entendimento da relação desigual entre homens e mulheres.

No capítulo seguinte, “Serviço Social, gênero e a sua intervenção junto à violência contra a mulher”, enfatizamos a aproximação do Serviço Social com a discussão de gênero, ressaltamos a importância da incorporação da discussão de gênero na formação profissional e o reflexo disso na atuação da assistente social no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. A partir de um estudo bibliográfico e documental realizamos o mapeamento da produção científica *stricto sensu* do Serviço Social acerca da Lei Maria da Penha no período de 2006 a 2018, o que nos possibilitou traçar o perfil das autoras das dissertações e teses.

Por fim, no último capítulo, denominado “Reflexões do Serviço Social sobre a Lei Maria da Penha”, nos concentramos em analisar as reflexões que o Serviço Social faz acerca da Lei Maria da Penha nessa produção específica. Para tanto, apresentamos um breve resumo das 7 (sete) dissertações selecionadas, que através de diferentes abordagens intencionam analisar o papel dessa Lei no

---

<sup>2</sup>Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.

<sup>3</sup> Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

<sup>4</sup> Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.



combate à violência doméstica e familiar contra a mulher nos diversos instrumentos que compõem a rede de enfrentamento a essa violência, incluindo o sistema judiciário. Realizamos a análise a partir das motivações que levaram a escolha do tema pelas autoras, em seguida, identificamos as categorias de análise empregadas no desenvolvimento dos trabalhos, acompanhado da análise de cada uma delas, destacando os conceitos, autoras e autores mais utilizados.

## 2.

### **Do gênero à violência doméstica e familiar contra a mulher**

Para tratar dessa temática, foi necessário buscar as origens e fundamentos históricos a fim de compreender as relações socioculturais que permeiam a violência. Portanto, este capítulo abordará alguns conceitos relevantes para o entendimento da presente pesquisa, dentre eles os conceitos de gênero, violência de gênero, violência doméstica contra a mulher, feminismo no Brasil e a própria Lei Maria da Penha.

Reportamo-nos à origem da desigualdade de gênero expressa na organização da sociedade para entendermos o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres, baseada numa relação de poder e dominação, entre mulheres e homens, sendo necessário, para isso, conhecer os elementos constitutivos dessa realidade que levaram às desigualdades entre os sexos e a consequente violência contra a mulher.

Consideramos importante, também, observar o processo histórico de enfrentamento e combate de tais relações de poder através da luta dos movimentos feministas e de mulheres, analisando o contexto de suas conquistas, e as transformações ocorridas na vida das mulheres, com destaque para a Lei Maria da Penha, entendida como marco jurídico no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no Brasil.

#### 2.1.

##### **Conceituando Gênero**

Nesta pesquisa, para analisar a produção teórica *stricto sensu* do Serviço Social no que se refere à Lei Maria da Penha, primeiramente, conceituaremos a categoria gênero por compreendermos a sua centralidade na discussão da temática da violência de gênero, mais especificamente, na violência doméstica e familiar contra a mulher.

Saffioti aponta que Simone de Beauvoir (1970), no livro *O Segundo Sexo I*, trouxe o “mais completo questionamento dos valores que substanciavam a

construção social do feminino” (1999, p. 160). Beauvoir (1970) busca, em sua obra, mostrar através de múltiplas perspectivas, dentre as quais a da biologia, a da psicanálise, e, do materialismo histórico que nenhuma delas é suficiente para definir a mulher. No entanto, ressalta que todas contribuíram para dar uma definição da mulher como “o outro”, perante o masculino.

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (Beauvoir, 1970, p. 23).

Beauvoir (1970) afirma que a mulher é definida a partir do olhar masculino, não em si mesma, o que torna possível entender que a desigualdade de gênero foi historicamente e ideologicamente construída. Sendo assim, Beauvoir desmonta o determinismo biológico e coloca em discussão o papel do trabalho e da independência econômica na construção da liberdade da mulher.

A autora afirma, ainda, que as condições de igualdade nunca estiveram postas para os dois sexos, e mesmo que sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com desvantagens que tornam mais difícil seu sucesso.

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens (Beauvoir, 1970, p. 14-15).

Não é por acaso que Beauvoir inicia o segundo volume do livro com a seguinte afirmação: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1967, p. 9), ou seja, ela aponta que não é a condição biológica, psíquica ou econômica que definem o que é ser mulher na sociedade, mas o conjunto da civilização moderna e patriarcal. Portanto sendo passível de mudanças e transformações ao longo da história, da cultura e do tempo.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1995) assinala ser recente o uso da palavra “gênero” pelas feministas, no sentido mais exato, a fim de fazer referência à organização social da relação entre os sexos.

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (Scott, 1995, p. 3).

A categoria gênero nasce, portanto, no processo histórico de conscientização, principalmente das mulheres ao organizarem e estruturarem as relações presentes no cotidiano. Gradativamente o termo mulher foi substituído por gênero. Termo esse que surgiu no mundo acadêmico no momento em que pesquisadoras feministas buscavam desnaturalizar a condição da mulher na sociedade.

Joan Scott (1995) sinaliza que até o fim do século XX não havia uma preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica. Tal categoria não aparece nas principais abordagens de teoria social formuladas no período entre o século XVIII até meados do século XX.

De fato, algumas destas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar sobre sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido (Scott, 1995, p. 19).

Pode estar aí a causa do problema, já que as feministas contemporâneas se depararam com dificuldades de congregar o termo “gênero” às abordagens teóricas existentes, além de encontrarem resistência entre os adeptos de outra escola teórica de que gênero fazia parte de seu vocabulário. “O termo “gênero” faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes para explicar desigualdades persistentes entre homens e mulheres” (Scott, 1995, p. 19).

De acordo com Scott (1995), as feministas as quais compreendiam que a produção dos estudos femininos não poderia estar apenas focada nas mulheres de forma isolada passam a fazer uso do termo “gênero” a fim de trazer a noção relacional. Nesse entendimento, homens e mulheres somente seriam compreendidos um em função do outro, não existindo, portanto, a compreensão de

nenhum dos dois separadamente. O gênero é historicamente construído, sendo produto das relações sociais entre homens e mulheres e deve ser entendido como elemento constitutivo destas mesmas relações nas quais as diferenças são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Portanto para Joan Scott “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p.86). “Neste sentido as relações de gênero remetem a espaços primários das relações familiares e implicam na construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero” (p. 89).

Neste sentido, a mulher e o homem são construídos socialmente, a partir de uma cultura historicamente situada no tempo e dentro das circunstâncias possíveis, determinadas por essa temporalidade. Sujeitos de seu tempo, imersos em um conjunto específico de relações sociais historicamente situadas, cada ser-mulher e cada ser homem têm um grupo originário e estão submetidos às regras de comportamento que se firmam conforme a ética hegemônica. Assim sendo, sob o ponto de vista da construção de sua especificidade de mulher e de homem, são determinantes sua classe, raça, religião e a forma de inserção na sociedade. Deste modo, a partir dessas variáveis fundamentais se constroem o ser-mulher e o ser-homem (Scott, 1995, p. 90).

Nessa perspectiva, Saffioti (1987) afirma que, a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída a partir da atribuição de diferentes papéis que a sociedade espera que homens e mulheres cumpram. A sociedade organiza com precisão, onde a mulher pode atuar e onde o homem deve estar inserido.

O livro de Beauvoir trouxe para o movimento feminista uma reflexão do gênero em sua forma social, considerando que o gênero é construído pelas relações sociais, ou seja, está relacionado ao que o indivíduo se torna após o seu nascimento e tudo que irá ser imposto por toda uma construção social (Scott, 1995). O livro da escritora feminista foi um símbolo que desconstruiu a imagem de que a "hierarquização dos sexos" seria uma questão biológica, mas sim unicamente o fruto de uma construção social pautada em séculos de regimes patriarcais.

Para a filósofa estadunidense Judith Butler (2003), o gênero está inscrito dentro de uma “ordem compulsória”, a qual pressupõe a concordância entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Ou seja, o bebê na barriga da mãe tendo um pênis será um menino que sentirá atração

por meninas. Nesse sentido, a autora destaca a necessidade de subverter esta ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (Butler, 2003, p. 25).

Segundo a filósofa, o papel do gênero seria produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes, tal discurso levando à manutenção de uma ordem compulsória. Para Butler, “mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (...), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (2003, p. 24).

De acordo com a autora, o gênero deveria ser entendido como algo fluido que se desloca e se transforma em diferentes contextos e períodos históricos. Nesse caso, o sujeito não estaria confinado a qualquer identidade, podendo reinventá-la.

Sendo assim, para Butler:

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história asoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo é confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos (2011, p. 87).

No que concerne ao nosso trabalho utilizaremos o termo gênero para nos referir às construções sociais e culturais de masculinidades e feminilidades. Histórica e culturalmente a mulher desempenha o papel de reprodutora e de socializadora, dentro do ambiente familiar privado. Remetendo às questões de gênero, existe um tratamento desigual nas relações, quase sempre proporcionando a subordinação da mulher. Devido às representações de masculino e feminino na sociedade, o homem é forte (é superior) e a mulher é frágil (é inferior) (Veloso e Bezerra, 2004).

Para Veloso e Bezerra (2004), as desigualdades existentes entre homens e mulheres não se explicam a partir das características biológicas, mas pelos processos históricos que configuram um determinado padrão de relações de gênero. Os processos que constituem o gênero são sociais e históricos, portanto, de modo algum imutáveis. Além disso, a divisão de poder realizada entre homens e mulheres, mediada pelo gênero, tende ao favorecimento do primeiro, logo, desigual.

De acordo com Almeida (2007), são nas relações de trabalho, na divisão sexual do trabalho, nas distintas organizações da sociedade civil, nas famílias, escolas, igrejas e meios de comunicação onde os mecanismos de subordinação e hierarquias são reproduzidos, o que favorece a um acesso desigual às fontes de poder e aos bens materiais e simbólicos.

Saffioti nos diz que:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência (2017, p. 115).

Detentores do poder, substanciados por uma cultura patriarcal, os homens fazem as regras e a sociedade os autoriza a punir quem delas desviar. Sendo assim, a necessidade do uso da violência para fazer exercer sua dominação e poder sobre a mulher é sentida na medida em que é desafiado (Saffioti, 2017).

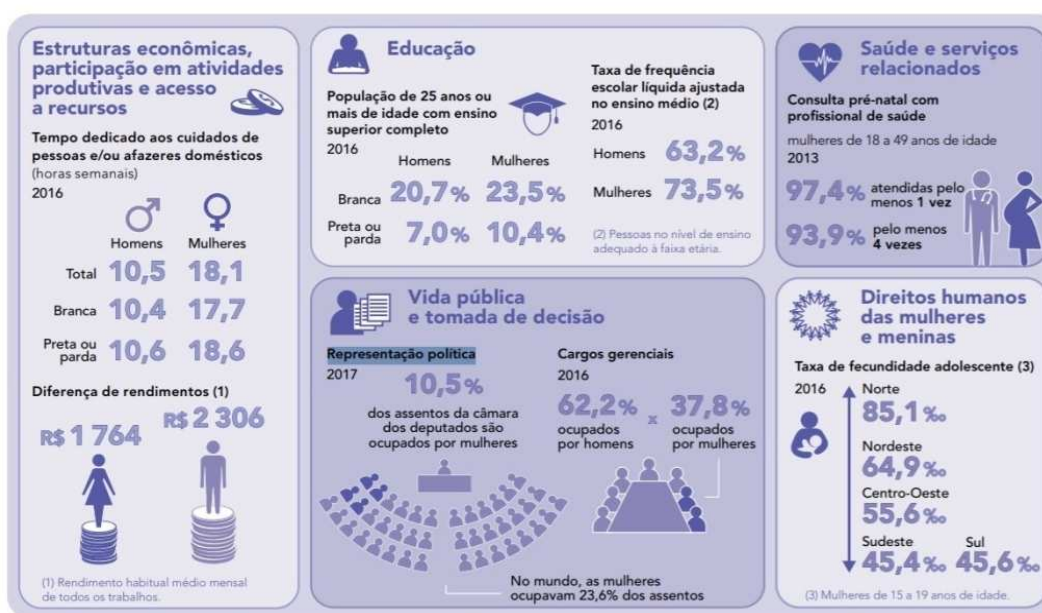
A desigualdade, no campo social, político, étnico, econômico ou na perspectiva de gênero, é uma questão que persiste no decorrer da história, embora em um contexto neoliberal tenha sua marca mais profunda (Medeiros, 2016). Segundo a autora, a sociedade brasileira:

Está estruturada de forma piramidal marcada fortemente pela desigualdade e que, para refletir sobre a desigualdade no Brasil, devem-se levar em consideração suas multidimensões, quais sejam: raça/ etnia, região e gênero. Essa realidade, portanto, em última análise explicita a diversidade do processo de modernização no Brasil, o que pode suscitar elementos para pensar em variações culturais no que tange aos valores sobre a família. Nesse sentido, a categoria gênero torna-se também, importante para a discussão da desigualdade no contexto da sociedade como um todo (2016, p. 32).

O IBGE (2018) divulgou o estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” com o objetivo de proporcionar informações destacadas pelo tema, enriquecendo o debate, além de fortalecer a importância de se manter uma agenda pública permanente que coloque a igualdade de gênero como um dos eixos estruturantes da formulação de políticas públicas no país (IBGE, 2018).

As diferenças entre o que se espera da mulher e o que se espera do homem existem em todas as sociedades. Isso inclui questões relacionadas aos aspectos da vida de ambos, como suas necessidades específicas, oportunidades ou contribuições para a sociedade. Tais diferenças impactam de forma específica nas mulheres e nos homens no decorrer das fases da vida, e podem determinar, por exemplo, diferenças na saúde, educação, trabalho, vida familiar e no bem-estar geral de cada um, como vemos no quadro abaixo (IBGE, 2018).

Figura 1 - Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.



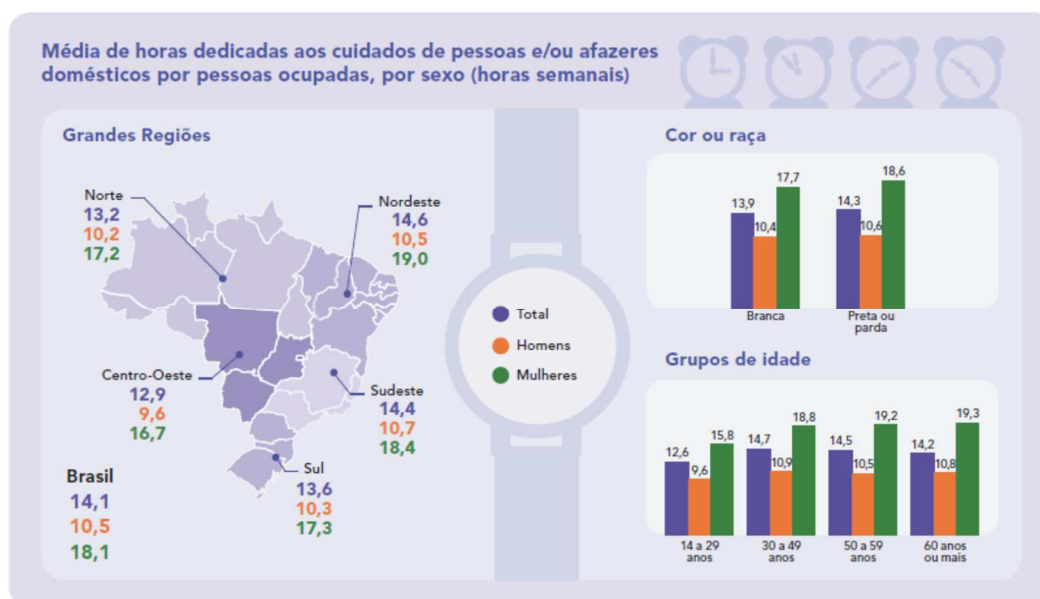
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Para a produção de estatísticas de gênero é necessário que ocorra a desagregação dos dados individuais por sexo e outras características, além da investigação de questões específicas que afetam um sexo mais do que o outro, para que as diferenças e desigualdades sejam expostas (IBGE, 2018).



No caso brasileiro, essas “outras características” assumem papel relevante à medida que as séries históricas de indicadores sociais, disponibilizadas pelo IBGE, mostram que a cor ou raça, ser portador de deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem ter impactos significativos nas estatísticas, reforçando desigualdades. O debate é, portanto, estrutural. É entender, a partir dos dados apresentados, as condições sociais que permitirão, ou não, que determinados grupos exerçam seus direitos de forma igualitária, a despeito de sua origem, pontos de partida, contextos sociais e/ou características individuais (IBGE, 2018, p. 2).

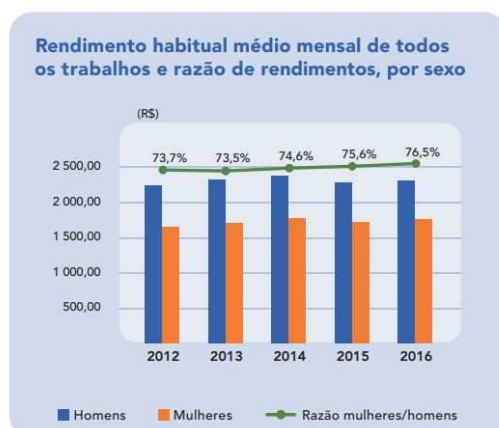
Figura 2 - Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Em relação à perspectiva de gênero, muitas transformações sociais ocorreram no decorrer do século XX, como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, crescente escolarização, redução da fecundidade, disseminação de métodos contraceptivos e o maior acesso à informação, no entanto, as mulheres ainda dedicam relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados, em todos os grupos de idade observados. As diferenças, contudo, se ampliam entre as faixas de idade mais elevadas (IBGE, 2018).

Figura 3 - Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, na semana de referência, por sexo (%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

No que concerne aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres permanecem recebendo  $\frac{3}{4}$  dos rendimentos dos homens. Uma das explicações para este quadro é a natureza dos postos de trabalho, já que as mulheres estão dedicadas em maior proporção ao trabalho em tempo parcial. A carga horária parece ser um ponto importante na inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho, visto que mulheres precisam conciliar trabalho remunerado com afazeres domésticos e cuidados (IBGE, 2018).

A violência de gênero é uma das expressões da desigualdade de gênero que segundo Almeida (2007), se originam e se reproduzem da matriz hegemônica de gênero. Em outros termos, a violência de gênero é aquela violência em que a mulher é vítima pelo fato de ser mulher.

Isto é, de concepções dominantes de feminilidade e masculinidade, que vão se configurando a partir de disputas simbólicas e materiais, processadas, dentre outros espaços, nas instituições cuja funcionalidade no processo de reprodução social é incontestável (2007, p. 27).

A violência de gênero tem na violência doméstica e familiar contra a mulher uma de suas expressões mais atroz, que passa a ser entendida como um problema de ordem pública e deixa de ser vista como parte apenas do âmbito privado da vida.

O Dossiê Mulher (2019), realizado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, traz dados de 2018 sobre a violência contra a mulher no Estado.

Segundo o Dossiê, 350 mulheres foram vítimas de homicídio doloso; ocorreram 71 feminicídios e 288 tentativas; 62% dos feminicídios ocorreram dentro da residência da vítima; foram registrados 4.543 estupros, sendo 44% dos agressores pessoas do convívio da vítima e 70% das vítimas menores de idade; 56% dos autores eram companheiros ou ex-companheiros da vítima; foram qualificados como violência doméstica e familiar 15% dos homicídios dolosos, 61% das ameaças, 38% dos estupros, 64% das lesões corporais dolosas.

## 2.2.

### **Violência doméstica contra a mulher como expressão da violência de gênero**

Para compreendermos de qual violência estamos falando, antes de qualquer coisa, precisamos explicitar o que entendemos por violência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002)<sup>5</sup> define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (2002, p. 5).

O Relatório aponta que o uso da palavra “poder” na definição estende a sua abrangência por considerar como violência também os atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidações. Negligências e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico contra mulheres, crianças e idosos podem acarretar problemas que não necessariamente ocasionam lesões, invalidez

---

<sup>5</sup> Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49.25, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo. Na resolução, a Assembleia chamou a atenção para as sérias consequências da violência – no curto e no longo prazo – para indivíduos, famílias, comunidades e países, e destacou os efeitos prejudiciais que ela gera no setor de serviços de saúde. A Assembleia pediu aos Estados Membros que considerassem urgentemente o problema da violência dentro de suas fronteiras e solicitou ao Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) que organizasse campanhas de saúde pública para lidar com o problema. Assim, o primeiro Relatório mundial sobre violência e saúde é uma parte importante da resposta da OMS quanto à Resolução WHA49.25. Ele atende principalmente aos pesquisadores e aos profissionais da área da saúde, assistentes sociais e todos os envolvidos em desenvolvimento e implementação de programas e serviços de prevenção, educadores e policiais. Também está disponível um resumo do relatório.

ou morte, mas suas consequências tendem a perdurar uma vida inteira (OMS, 2002).

A definição da OMS esclarece ao definir a violência em relação à saúde ou ao bem-estar das pessoas. Mesmo que culturalmente seja aceitável em determinada cultura bater na esposa, são considerados atos violentos por implicarem graves consequências à saúde da pessoa.

Segundo o referido Relatório, o marido ou um parceiro íntimo são apontados como os maiores perpetradores da violência contra as mulheres. Em todos os países a violência praticada por parceiro íntimo ocorre, independentemente do grupo social, econômico, religioso ou cultural.

A maior parte das mulheres que sofrem agressão física geralmente passam por múltiplos atos de agressão no decorrer do tempo. Em geral, diferentes tipos de abuso coexistem no mesmo relacionamento (OMS, 2002).

Mesmo se levarmos em consideração que mulheres também podem ser violentas em seus relacionamentos com homens ou com parceiras do mesmo sexo, ainda assim, a grande carga da violência de gênero [masculino/feminino] recai sobre as mulheres nas mãos dos homens (OMS, 2002).

De acordo com o Relatório, dados originários de diversos países apontam a violência de gênero como responsável por um número significativo de mortes por assassinato entre as mulheres.

Estudos realizados na África do Sul, na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos e em Israel mostram que, das mulheres vítimas de assassinato, de 40 a 70% foram mortas por seus maridos ou namorados, normalmente no contexto de um relacionamento de abusos constantes (OMS, 2002, p. 93).

Organizações de mulheres no mundo têm se empenhado no alerta acerca da violência contra as mulheres, em especial para a violência de gênero. Todo esse esforço levou a violência contra as mulheres a se tornar uma questão internacional. Em grande parte vista como uma questão de direitos humanos, na atualidade, a violência de gênero é cada vez mais encarada como um importante problema de saúde pública (OMS, 2002). De acordo com a 14ª edição do Dossiê Mulher.

A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas e está presente em todas as classes sociais, etnias e faixas etárias. Ela é um dos fatores

estruturantes da desigualdade de gênero, deixando de ser vista como um problema de âmbito privado ou individual para ser encarada com um problema de ordem pública (2019, p. 11).

Partimos então para a compreensão dessa violência que atinge milhares de mulheres no mundo todo. Almeida (2007), em seu texto “Essa Violência maldita”, trabalha com as diferentes expressões utilizadas para tratar dessa violência. A autora aponta que as categorias violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar e violência de gênero, trazem diversos significados com implicações teóricas e práticas distintas.

De acordo com Almeida (2007), a categoria violência contra a mulher fortalece o papel de vítima da mulher, correndo o risco de atribuí-la a uma concepção de passividade, pois enfatiza o objeto da ação, o que desloca o entendimento para um ato unilateral, tirando do contexto relacional. No entanto, a seu favor, coloca os holofotes sobre a vítima preferencial, a mulher.

No caso da categoria violência doméstica, o ambiente onde ocorre a violência é o foco, colocando-o no âmbito da esfera privada. Neste caso, a esfera da vida ganha destaque e o sujeito, o objeto e o vetor da ação ficam em segundo plano. Porém, o enfoque dado ao espaço onde de fato a violência ocorre, o ambiente doméstico, ajuda na visibilidade dessa violência que muitas vezes é naturalizada por se dar no espaço protegido da casa (Almeida, 2007).

Quando utilizamos a categoria violência intrafamiliar, a autora analisa que esta se aproxima bastante da categoria anterior (violência doméstica), visto que ambas destacam o espaço, no entanto a violência intrafamiliar também se refere à produção e reprodução endógenas da violência. Este conceito não se restringe ao espaço onde a violência acontece, mas se estende às relações entre membros da família com laços consanguíneos ou não.

Segundo Almeida, “o mérito das duas categorias anteriores reside na possibilidade de desmistificação do caráter sacrossanto da família e da intocabilidade do espaço privado” (2007, p. 25).

No que se refere à violência de gênero, a autora aponta que esta categoria indica que essa forma de violência é gerada a partir de um contexto de relações produzidas socialmente. Sendo assim, sua produção é realizada na sociedade e possui um caráter relacional.

Ainda sobre a categoria violência de gênero, o risco está na sua capacidade

de aplicação aos múltiplos fenômenos e determinações, o que pode deixar algumas particularidades das relações de exploração e dominação que se dão nas relações íntimas de fora, devido ao seu caráter bastante amplo. “O risco é de transbordamento, não de limitação. Não obstante, permite entender a violência no quadro das desigualdades de gênero. Corramos, pois, o risco!” (2007, p. 27).

Trata-se de processo macro e micropolítico, que se desenvolve em escala societal e interpessoal. Na linha analítica que se vem adotando, não há lugar para polarização entre violência estrutural e violência interpessoal e, portanto, entre vitimação e vitimização (Azevedo e Guerra, 1989). Isto porque se entende que o lugar social em que se encontram os sujeitos, suas representações, seus referenciais, seu reconhecimento social é construído a partir de sua inserção nas relações estruturadoras do ser social (Almeida, 2007, p. 28).

Portanto, segundo Almeida, a violência de gênero,

conquanto relacional, é construída em bases hierarquizadas, objetivando-se nas relações entre sujeitos que se inserem desigualmente na estrutura familiar e societal. Assim, enquanto tendencialmente essas relações subjugarem a categoria feminina, a violência de gênero produzirá exponencialmente vítimas mulheres. Na medida em que homens e mulheres se apropriam e intervêm contraditoriamente nessas relações, em escala bastante reduzida, a violência de gênero pode também vitimizar homens (2007, p. 29).

Este tipo de violência ocorre em um espaço de disputa pelo poder, onde o uso da força se faz necessário a fim de manter a dominação do outro, o que aponta que a ideologia patriarcal é tensionada, principalmente, pelas conquistas feministas, não gerando o efeito esperado de disciplinamento. Porém, essa ideologia cumpre sua função de legitimar as práticas autoritárias, coercitivas e punitivas, que garantam o consentimento do outro.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará<sup>6</sup> – adotada pela Assembleia Geral da OEA em 1994 e ratificada pelo estado brasileiro em 1995, em seu artigo 1º aponta que “deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.”

---

<sup>6</sup> A Convenção de Belém do Pará, de acordo com Brasted (2007, p. 121), “único instrumento voltado para tratar a violência de gênero” (apud Medeiros, 2016, p. 134), ao definir a violência contra as mulheres se mostra um importante marco histórico na luta das mulheres por uma vida sem discriminação e violência.

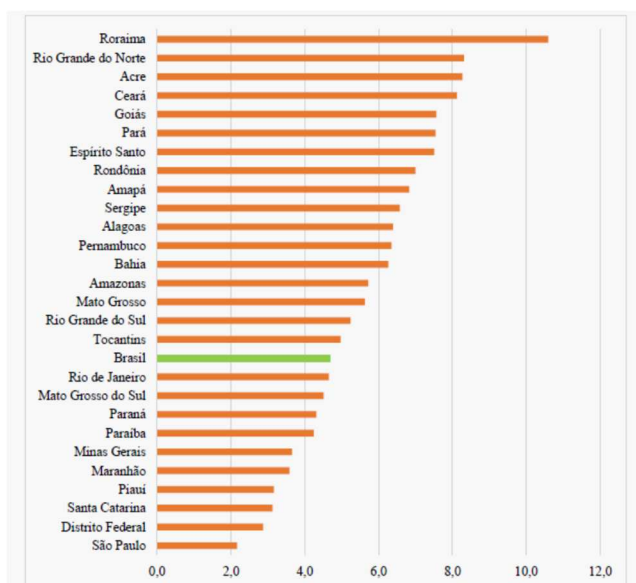
A Convenção define ainda, em seu artigo 2º, que a violência contra a mulher engloba as violências física, sexual e psicológica, cujo ocorrido tenha se dado dentro da família ou unidade familiar ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Pesquisas realizadas em 48 países pela OMS revelam que 10% a 69% das mulheres relatam ter sofrido agressão física por parceiro íntimo em alguma situação de suas vidas (OMS, 2002).

O Atlas da Violência (2019), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil no ano de 2017, com aproximadamente 13 assassinatos por dia. No total, foram 4.936 mulheres mortas, sendo o maior número registrado desde 2007.

O gráfico a seguir mostra a situação de todas as Unidades da Federação em relação à taxa de homicídios de mulheres no ano de 2017.

Figura 4 - Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UF's (2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y35-36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Se for considerado que a Lei do Feminicídio (Lei no 13.104, de 09/03/2015)<sup>7</sup> é bastante recente, esse aumento dos registros de feminicídios pelas polícias pode não representar o aumento no número de casos, mas a diminuição da subnotificação (Atlas da Violência, 2019).

No entanto, o Atlas da Violência aponta que a “significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas” (2019, p. 40). Sendo assim, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é uma boa amostra para medir o feminicídio.

As estatísticas do Dossiê Mulher (2019) apresentam dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro e apontam que a cada 5 dias uma mulher é vítima de feminicídio; a cada 24 horas: quatro mulheres são vítimas de lesão corporal dolosa, doze mulheres são vítimas de estupro, quatro mulheres são vítimas de ameaça e pelo menos uma mulher é vítima de importunação ofensiva ao pudor.

Os dados podem ser ainda mais alarmantes se considerarmos que o contexto sociocultural coloca a mulher em uma condição de subordinação e inferioridade, estigmatiza a mulher vítima de violência e a inibe de denunciar e registrar as ocorrências.

De acordo com Berger & Giffin (2005), a ordem social é marcada por uma tradição patriarcal que de certo modo consentiu um padrão de violência contra mulheres. Ao passo que ao homem é designado o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, a sexualidade feminina é restringida à passividade e à reprodução. Com o domínio econômico do homem sobre a mulher, a dependência financeira parecia justificar seus “deveres conjugais”, incluindo os “serviços sexuais”.

No entanto, não são somente as mulheres que sofrem com a dominação masculina, os homens, de acordo com Bourdieu (2002, p. 63), “também são

---

<sup>7</sup> Em 9 de março de 2015, foi publicada a lei 13.104/15, que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio e, no mesmo norte, foi inserido no rol de crimes hediondos. Artigo 1º: Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. [...] **Homicídio qualificado** § 2º Se o homicídio é cometido: [...] **Feminicídio VI** - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [...] § 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. [...] **Aumento de pena** [...] § 7o A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.



prisioneiros e, sem se perceberem, vítimas, da representação dominante”. Os jogos de violência e poder são publicamente reconhecidos e validados socialmente para os homens, este precisam provar sua honra, força, capacidade sexual e virilidade.

A violência de gênero é um fenômeno social, que deve ser enfrentado a partir de políticas públicas que visem cada vez mais cedo crianças e adolescentes, englobando suas diferentes esferas sociais, como: escola, saúde, justiça e trabalho.

De acordo com Pitanguy apud Cepia,

Os efeitos dessa forma de violência não se fazem sentir apenas na saúde física e mental da mulher, mas também na sociedade como um todo, na medida em que os efeitos físicos e psicológicos do abuso influenciam a capacidade criativa e produtiva das mulheres. Essa violência incide de forma diversa segundo seu ciclo de vida, trazendo consequências múltiplas para a saúde (1999, p. 9).

A violência de gênero perpassa a relação pessoal entre homens e mulheres, podendo ser encontrada também nas instituições, nas estruturas, nas práticas cotidianas, nos rituais, ou seja, em tudo que constitui as relações sociais. Porém, é no ambiente privado, da família, que a violência de gênero mostra seu lado mais perverso. A violência doméstica e familiar contra a mulher está presente nos lares brasileiros sob a forma da violência física, psicológica, sexual, moral, dentre outras.

A violência baseada nas desigualdades de gênero no âmbito doméstico há muito tempo faz parte da agenda dos debates políticos nas sociedades contemporâneas (Simioni & Cruz, 2011). Após muitas disputas e tensões, a luta dos movimentos feministas e de mulheres, no Brasil, no campo das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, teve uma de suas conquistas, no âmbito do marco legal, a normatização da Lei Maria da Penha. Passaremos a discorrer sobre a atuação desses movimentos frente à temática da violência doméstica contra a mulher enquanto uma expressão da violência de gênero.

## 2.3.

### Feminismo no Brasil: um breve panorama histórico

Questionamentos e inquietações femininas, trazidas pelo rompimento com o isolamento doméstico fruto da Revolução Industrial, e pelos ideais de igualdade que circulavam na época, levaram as mulheres a perceberem a exploração e a opressão em que viviam. Surge, então, na Europa no século XVIII, o movimento feminista<sup>8</sup>, sendo consolidado no século XIX na Europa e nos Estados Unidos e, posteriormente, nos países da América Latina, tendo auge na luta sufragista (Costa, 2006).

O movimento feminista tem sua questão central na luta pelo sufrágio, além de lutar pelo direito da mulher à educação, ao trabalho e aos direitos civis. Esse período é conhecido como a primeira onda do movimento feminista (Medeiros, 2016).

Nesse momento, no Brasil, o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz, tinha sua centralidade na luta pela incorporação da mulher como sujeito político. Entretanto, como afirma Medeiros, tal movimento “não questionou os papéis tradicionais de mãe e esposa, reservados às mulheres. Pelo contrário, acrescentou a essas funções femininas consideradas naturais a participação política e no mercado de trabalho” (2016, p. 72).

Em 1932, através do Decreto 21.076, assinado por Getúlio Vargas, as mulheres conquistam o direito de votar e serem votadas, visto que este prevê a não distinção entre os sexos do eleitor cidadão maior de 21 anos. Porém esse direito abrangia apenas as solteiras e viúvas com condições financeiras e as casadas quando autorizadas pelo marido. Restrito também às mulheres e homens alfabetizados (Medeiros, 2016).

A Assembleia Nacional Constituinte de 1934 elimina as restrições impostas ao voto feminino, no entanto, o torna obrigatório apenas para as mulheres que exerciam funções remuneradas em cargos públicos. Na Constituição de 1946, fica instituída a obrigatoriedade plena do voto das mulheres (Medeiros, 2016).

---

<sup>8</sup> Embora o movimento feminista seja um movimento múltiplo, para este trabalho, optamos por usar o termo feminismo no singular devido à “compreensão de um segmento comum a todos os feminismos: a luta pela igualdade entre os gêneros, pela ressignificação do papel da mulher na sociedade e pela emancipação e autonomia das mulheres” (Moura, 2018, p.65). Portanto, essa escolha não faz referência à concepção de um movimento homogêneo e culturalmente fixo.

Segundo Medeiros (2016), a conquista ao direito de votar e ser votada foi de grande importância para a participação das mulheres nos cargos de representatividade na política. Porém, a partir de 1932 até a década de 1970 houve um refluxo do movimento feminista no país devido à proibição de todas as manifestações populares durante o Estado Novo (1937 – 1945). No período democrático-constitucional (1945 – 1964) as mulheres participaram de algumas lutas, no entanto sem qualquer conotação feminina.

No começo da década de 1960, tem início a segunda onda feminista nos Estados Unidos e na Europa. A nova fase identificava o problema da desigualdade como a união de problemas culturais e políticos, encorajando as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder. As feministas conquistaram espaço e voz perante a sociedade.

Nos anos 1960, o movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos ressurgiu no cenário de efervescência política e cultural, alcançando status de movimento de massas, segundo os princípios norteadores da segunda onda do movimento feminista, centrados na igualdade, no fim da discriminação e na construção de uma autoconsciência das mulheres para romper com a dominação masculina. Para tanto, disseminava a consciência sobre a importância da transformação da condição da mulher. Nessa perspectiva, as mulheres deveriam agir com liberdade e autonomia para decidir suas trajetórias por si mesmas, sendo em última instância sujeitos de sua própria vida. Várias conquistas, nesses países foram alcançadas (Medeiros, 2016, p. 75).

No cenário brasileiro, de acordo com Medeiros (2016), o movimento feminista ressurgiu a partir dos anos de 1960 e 1970, na segunda onda feminista, que tem como marco do pensamento as obras “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, e posteriormente a “A Mística Feminina”, de Betty Friedan.

Os grupos que compõem o movimento feminista se autodefinem como feministas e compartilham da ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres não é algo natural, sendo assim passível de transformação. Constituído principalmente por mulheres, o movimento de mulheres, assim como os movimentos sociais “visam à transformação da realidade social, de carências econômicas e/ou das opressões sócio-política e cultural” (Gohn, 2001 apud Medeiros, 2018, p. 28).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A autora traça de forma detalhada, em seu livro “Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica”, fruto da sua tese de

Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização (Costa, 2006, p. 60).

Medeiros (2016) assinala que o processo de redemocratização do país foi essencial para que a atenção se voltasse para as questões específicas na agenda do movimento feminista e, por conseguinte, a formulação de políticas públicas voltadas para a equidade e gênero.

A autora apresenta quatro contextos que possibilitaram, no período da redemocratização brasileira, a formulação das primeiras políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher: o ressurgimento do Movimento feminista brasileiro; a experiência dos SOS – Mulher; as eleições de 1982 com a inclusão do tema da violência doméstica contra a mulher na agenda governamental; e, os assassinatos das mulheres, a tese da “legítima defesa da honra”.

Em meio ao autoritarismo e à repressão característica dos regimes militares dominantes, fruto do golpe militar de 1964, o movimento feminista brasileiro ressurge como resistência das mulheres à ditadura militar. Medeiros aponta que tais condições refletiram o desenvolvimento do movimento feminista brasileiro, além da confluência de outros fatores como “a instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional e o processo de modernização vivido no país a partir de 1960, trouxe questões sobre a tradicional hierarquia de gênero” (2016, p. 77).

A partir da redemocratização iniciada nos anos 1970, o movimento feminista já como sujeito político, passou a atuar em duas frentes, nas questões gerais, envolvendo temas como a fome, a miséria, a desigualdade social, por compreenderem a relevância dessas temáticas para qualquer luta específica. Também atuando nas lutas específicas na perspectiva de transformação das relações de gênero, o qual implica “reconhecer que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida” (Medeiros, 2016, p. 69).

---

doutorado, o protagonismo dos movimentos de mulheres e feministas nas lutas e conquistas dos direitos das mulheres no Brasil.

É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta pela autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população, no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (Pinto, 2003, p. 46 apud Medeiros, 2016, p. 69).

De acordo com Medeiros (2016), o encontro ocorrido em Valinhos, em 1980, levantou a bandeira do enfrentamento da violência doméstica dentre outras como sendo prioridade. Mais do que isso, esse evento é um marco do processo de formulação de políticas públicas com recorte de gênero com foco na violência contra a mulher na sociedade paulistana, que repercutiu em todo o país.

Neste momento, o tema violência doméstica contra a mulher encontra espaço para deixar de ser considerado assunto privado e passar a ser considerado assunto público, ganhando visibilidade tanto para o Estado como para a sociedade, por conseguinte sendo reconhecido como um problema social e político. Tal reconhecimento trouxe a possibilidade do movimento feminista formular e propor políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Em 1980 foi inaugurado o SOS – Mulher em São Paulo seguido por outros estados brasileiros.

O trabalho realizado pelo SOS – Mulher pelas feministas criou um modelo de atendimento às vítimas de violência que está presente, ainda hoje, no atendimento dos serviços especializados às mulheres vítimas de violência doméstica em todo o Brasil (Medeiros, 2016, p. 107).

O trabalho desenvolvido pelo SOS – Mulher, não só criou um modelo de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica perpetrada pelo parceiro íntimo, como também, juntamente com outras ações, pressionou o Estado para a criação de uma delegacia especializada no atendimento à mulher vítima de violência (Medeiros, 2016).

No ano eleitoral de 1982, como analisa Medeiros (2016), o processo de redemocratização se intensificou consolidando o fim da ditadura militar. O público feminino passa a receber mais atenção dos partidos políticos que

passaram a incorporar aos seus programas e plataformas eleitorais reivindicações do movimento feminista.

Devido à inclusão cada vez mais forte do movimento de mulheres e feminista no cenário político, o movimento feminista estabelece um conjunto de reivindicações do movimento voltado a todos e a todas as candidatas. Conhecido como “Alerta Feminista”, esta plataforma feminista é uma ferramenta a mais na luta dentro da perspectiva da desigualdade de gênero (Medeiros, 2016).

A prioridade da plataforma eleitoral, no ano de 1982, no âmbito institucional era a instituição de Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher e, na esfera do enfrentamento da violência contra a mulher, a prioridade era a criação da delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

Casos de repercussão nacional, nos quais mulheres foram assassinadas vítimas de violência doméstica tendo em defesa do réu a tese da “legítima defesa da honra<sup>10</sup>”, constituíram importante papel para a visibilidade da temática, especialmente no movimento de mulheres. A violência doméstica é um fenômeno social que acomete mulheres independentemente de cor, de classe social ou da escolaridade, sendo praticada por homens negros, brancos, pobres ou ricos.

Mais que a ocorrência dos crimes, a impunidade dos réus – sempre absolvidos ou condenados a penas mínimas – indicava a plena concordância do júri popular – e, portanto, da sociedade – com a ação e os valores dos assassinos. Foi este dado – a impunidade dos agressores (pobres ou ricos) – que levou o movimento feminista a destacar a existência de uma violência específica contra a mulher, acobertada pelo Estado e legitimada culturalmente pela sociedade (Barsted, 1994, apud Medeiros, 2018, p. 35).

No que se refere ao tema violência contra a mulher, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)<sup>11</sup> foi responsável pela campanha nacional que

---

<sup>10</sup> Tese da legítima defesa da honra: consiste na teoria de que ele (o agressor) teria agido em legítima defesa da honra e, portanto, “matado por amor”. Assim, legitimando os atos de violência contra a mulher. Em 1991, a tese da “legítima defesa da honra” foi considerada não jurídica, em decisão histórica, pelo Supremo Tribunal de Justiça, após forte mobilização dos movimentos feministas Somente no ano de 1995 (Medeiros, 2016)

<sup>11</sup> Em 1985 é realizada uma importante experiência de políticas públicas na esfera federal para o avanço da condição da mulher no Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A criação do CNDM visa promover políticas públicas, em âmbito nacional, como o objetivo de eliminar a discriminação da mulher e garantir igualdade de liberdade e direitos, além da participação no campo político, econômico e cultural do país (Pitanguy, 2003 apud Medeiros, 2016).

visava à implantação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams) em todos os Estados do Brasil.

Ainda na década de 1980, especificamente em agosto de 1985, na cidade de São Paulo, foi criada a primeira Deam do Brasil. O movimento feminista reivindicava uma política de segurança pública que atendesse as especificidades da violência contra a mulher e que prevenisse a violência doméstica (Medeiros, 2016).

O movimento de mulheres e feministas fluminense, já na década de 1980, reivindicava, e portanto demandava ao Estado, uma política de segurança pública mais ampla que atendesse as especificidades da violência contra a mulher e prevenisse a mais comum, a violência doméstica (Medeiros, 2016, p. 183-184).

A criação da Deam foi uma experiência pioneira em termos de política pública neste campo e uma invenção do movimento feminista. Um ano após a inauguração da primeira delegacia especializada, várias outras Deams já haviam sido criadas nos diversos Estados brasileiros.

No Rio de Janeiro, segundo Barsted (2007, p. 14), a criação das Deams, que ocorreu no ano de 1986 com a inauguração da Deam-Centro, que fica localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, “se tornou necessária pela dificuldade de as mulheres denunciarem violências sofridas diante de policiais, muitas vezes, pouco sensíveis aos crimes praticados contra as mulheres, especialmente os crimes com violência doméstica e familiar” (apud Medeiros, 2016, p. 183).

Especificamente no campo do legislativo, a Lei 9.099/1995, cria os Juizados Especiais Criminais para desafogar a justiça brasileira e os presídios com a aplicação de penas não privativas de liberdade a determinados delitos, definidos como 'de menor potencial ofensivo', como brigas de vizinhança, violência conjugal e delitos de trânsito.

O Brasil vive uma contradição ao tratar a violência doméstica e familiar como sendo de menor potencial ofensivo. Ao ser aprovado o Decreto Legislativo nº 107, de 31 de agosto de 1995, e promulgado o Decreto nº 1973, de 1º de agosto de 1996, na Convenção de Belém do Pará, realizada em 1994, apresenta como foco a violência contra as mulheres, e define a violência contra a mulher baseada no gênero como uma forma de violação dos direitos humanos:

Artigo 1º. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

A Convenção de Belém do Pará (1994) serviu de base para a edição da Lei Maria da Penha, que elencou e conceituou, expressamente em seu texto, as formas de manifestação da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Artigo 2º. Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:

1. que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;
2. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e
3. que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Na década de 1990 foram criados diversos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência além das delegacias especializadas. No entanto, no que diz respeito à violência contra a mulher, é a partir dos avanços da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece, no inciso I do artigo 5º, a igualdade entre mulheres e homens, que fica prevista a proteção dos direitos das mulheres. É esse contexto que propiciará a criação da Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

## **2.4.**

### **A Lei Maria da Penha**

A Lei n.º 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada em 07 de agosto de 2006, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, é decorrente de uma sanção sofrida pelo país, na Corte Internacional da Organização dos Estados Americanos, devido à omissão do Brasil e, mais especificamente, do Estado do Ceará, em condenar o agressor de Maria da Penha



Maia Fernandes<sup>12</sup>, mãe de três filhas, que, por duas vezes, foi vítima de tentativa de homicídio por parte do seu então marido, Marco Antônio Heredia Viveiros.

Embora a justiça tenha sido lenta, o julgamento foi marcado, dia 3 de maio de 1991, e dessa vez, com o apoio e pressão de organizações feministas que se movimentaram até o início do julgamento. O réu foi considerado culpado com uma pena de 15 anos de reclusão. Em maio de 1992, após recursos, o julgamento foi anulado, nesse caso Marco ficaria aguardando novo Tribunal do Júri em total liberdade. Sendo assim, ele não foi preso, por causa dos sucessivos recursos de apelação.

No ano de 1998, Maria da Penha, o Centro de Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), enviaram o caso para a Comissão Interamericana de direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), protestando contra a morosidade da justiça brasileira em proferir uma decisão definitiva para o processo.

O caso da Maria de Penha foi exemplo da capacidade de organizações de direitos humanos e feministas de levarem para a alçada internacional da OEA a denúncia de violação de direitos humanos. Da mesma forma, os Relatórios-Sombra, elaborados pelas feministas para o Comitê CEDAW, contribuíram de forma decisiva para que esse Comitê apresentasse suas recomendações ao Estado Brasileiro voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, incluindo a eliminação da violência de gênero e a produção legislativa específica a esse respeito (Basterd, 2011, p. 16).

O relatório publicado no ano de 2001 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, emanado da OEA, citava o Estado brasileiro como responsável pela violação dos direitos humanos da Maria da Penha, com repercussão internacional.

Maria da Penha passa a ser um símbolo das lutas contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres, dando nome à lei que cria mecanismos para prevenir, coibir e punir a prática da violência doméstica e familiar contra a mulher. Contados 19 anos e 6 (seis) meses depois do crime, Marco foi preso.

Atualmente, Maria da Penha, é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência

---

<sup>12</sup> A história de Maria da Penha Maia Fernandes é contada pela própria em seu livro “Sobrevivi... posso contar”, 2 ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

(APAVV). A situação vivida e denunciada por Maria da Penha contribuiu de forma preponderante para a aprovação da Lei nº 11.340/06.

O ordenamento jurídico brasileiro sofreu alterações ao buscar tutelar as mulheres que se encontravam em situação de violência doméstica e familiar, vide a Lei Maria da Penha. Entretanto, a luta por novos direitos legislativos não para por aí, já que a sociedade está em constante mudança e conseqüentemente os operadores do Direito, os membros do Poder Judiciário e as profissionais que atendem, diariamente, as vítimas dessa violência, estão inseridos neste contexto.

Para nortear a elaboração desta lei, buscou-se a Convenção de Belém do Pará, entre outros importantes documentos internacionais que consideram a violência contra as mulheres uma violação dos direitos humanos e expressam a responsabilidade do Estado para prevenir, punir e eliminar a violência de gênero. Sendo assim, a violência contra a mulher será entendida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que causar morte, dano em diferentes graus, tanto no âmbito público como no privado.

Em seu artigo 5º a Lei Maria da Penha reproduz a definição utilizada nesta Convenção, definindo o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, será configurada quando uma ação ou omissão causar danos, em diferentes graus, a qualquer mulher, seja em relação à integridade física, aos bens materiais ou aos bens imateriais.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

O artigo 7º apresenta elementos conceituais e descritivos sobre os diferentes tipos de violência, sendo essa enumeração subdividida nos incisos subsequentes e em cinco dimensões: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

As diferenças (de classe, de gênero, de geração, de raça/etnia) entre os sujeitos foram apropriadas de um modo que o outro, o diferente da norma tornada hegemônica (diferente do modelo masculino tomado como o neutro) deve ser invisibilizado ou inferiorizado, tornando-se, desse modo, alvo preferencial de diferentes tipos de violências. No caso da violência contra as mulheres existem ingredientes que tornam essas conflitualidades ainda mais críticas. A relação afetivo-conjugal e a habitualidade das situações de violências tornam as mulheres ainda mais vulneráveis dentro sistema das desigualdades de gênero (Simioni & Cruz, 2011, p. 186-187).

A legislação também prevê a criação de serviços especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como: centros de referência de atendimento à mulher; casas-abrigo; delegacias, núcleos de defensoria pública; serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados; centros de educação e reabilitação dos agressores centros de responsabilização e educação dos agressores, além de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A previsão legal da criação de serviços especializados reforça a responsabilidade dos governos de implantarem políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e ratifica a necessidade de uma rede articulada e intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência (Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher, 2011).

Importante ressaltar que, no Brasil, os avanços no que se refere ao enfrentamento à violência contra as mulheres, desde a década de 1980, são resultado da luta dos movimentos feministas e de mulheres, como exposto anteriormente.

A elaboração da Lei Maria da Penha envolveu um amplo estudo e levantamento da legislação e dos instrumentos internacionais de direitos humanos, o conhecimento do ordenamento jurídico nacional, a busca de articulações no campo jurídico e político, a interlocução com os poderes legislativo e executivo (Basterd, 2011, p. 17).

Segundo Pasinato (2011), a referida lei pode ser considerada especial, principalmente, em dois sentidos. O primeiro, pelo tema que trata: a violência doméstica e familiar contra a mulher, que é compreendida como violação aos direitos das mulheres (artigo 6º). De acordo com a lei, essa violência pode se manifestar num conjunto de ações e comportamentos que são classificados em cinco categorias – física, sexual, psicológica, moral e patrimonial – que podem ser praticadas de forma isolada e/ou combinada e que resultam em cerceamento do exercício de direitos pelas mulheres e de sua autonomia.

Segundo, é especial em razão da forma ampla como propõe que esta violação dos direitos humanos seja tratada pelas instituições públicas. A Lei vai além de medidas punitivas restritivas de liberdade para os agressores: visa, também, equacionar medidas de responsabilização do autor/agressor, medidas de proteção à integridade física das mulheres e de seus direitos, medidas de assistência que contribuam para fortalecer a mulher e medidas de prevenção, recomendação de medidas que visam a romper com a reprodução da violência baseada no gênero na sociedade.

É de suma importância enfatizar que estes conjuntos de medidas não estão hierarquizados no texto da lei e sua aplicação deve ocorrer de forma equacionada e de acordo com as necessidades que são identificadas caso a caso.

Assim, embora num primeiro momento a lei tenha sido divulgada como uma aposta no maior rigor no campo penal como medida de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, às respostas previstas vão além da aplicação de penas restritivas de liberdade para os agressores (Pasinato, 2011, p. 120).

O que percebemos é que a violência ocupa tanto os espaços públicos como os privados, estabelece relações e novos arranjos sociais. O reconhecimento dos diversos tipos de violência e a conquista de um arcabouço jurídico que ampare as ações de prevenção e punição são uma esperança na formação de uma nova cultura, uma cultura da não violência.

A aprovação da Lei Maria da Penha, eleva a discussão da violência doméstica e familiar contra a mulher. Este deixa de ser somente um tema acadêmico e ganha reconhecimento social com status de lei. Passa então a ser reconhecido e discutido por toda a sociedade brasileira e não restrito apenas às pautas feministas e do governo (Pasinato, 2011).

No artigo 29º a referida Lei estabelece que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a qual se somará profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Como mencionado anteriormente, a Lei também prevê a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar, casas-abrigos, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; centros de educação e de reabilitação para os agressores.

A Norma técnica de padronização para abrigamento e funcionamento das casas-abrigo do Estado do Rio de Janeiro (2011) coloca como padrão mínimo recomendado para natureza do serviço uma equipe interdisciplinar permanente e sugere como quadro mínimo: Psicóloga, Assistente Social e Pedagoga ou profissional de Educação Infantil e Coordenadora do Serviço.

Posto isto, voltamos nosso olhar para as profissionais de serviço social, as quais integram as equipes de atendimento multiprofissionais e têm como um de seus espaços ocupacionais, os serviços especializados no atendimento à mulher vítima de violência, dentre os quais, as casas-abrigo e as delegacias especializadas. Será que a pós-graduação stricto sensu de serviço social tem dado

visibilidade para a discussão da Lei Maria da Penha na sua produção teórica? E qual é a análise que se tem feito desse instrumento legal pelo Serviço Social?

De acordo com a SEPM,

A violência doméstica e de gênero é um problema complexo, que possui profundas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder na sociedade. Enfrentá-la exige o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas e a mobilização e conscientização da sociedade. O engajamento dos governos e dos mais amplos setores sociais é fundamental para que se ergam bases para a construção de um profundo compromisso de respeito e igualdade nas relações de gênero (SEPM, 2004, p. 48).

Para tanto, alguns desafios necessitam ser enfrentados pela sociedade civil, pelos governos, pelo legislativo e pelo poder judiciário em todos os níveis da federação (municipal, estadual e federal). Um deles é a necessidade da realização de pesquisas, que no nosso entendimento são fundamentais para a compreensão desse fenômeno, a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Portanto, consideramos importante a ampliação do debate no processo de formação e produção acadêmicas nos cursos de Serviço Social, no âmbito da graduação e da pós-graduação, *latu sensu* e *stricto sensu*, uma vez que a atuação profissional está imbricada nas políticas públicas, tanto na gestão quanto na execução e controle social dessas políticas.

### 3.

## **Serviço Social, gênero e a sua intervenção junto à violência contra a mulher**

Para entender a atuação profissional da assistente social no combate à violência doméstica e a contribuição fundamental dessa intervenção no enfrentamento das violências sofridas pelas mulheres, faz-se necessário realizar uma breve apresentação da profissão e sua trajetória histórica.

Ademais, apresentaremos neste capítulo o caminho metodológico da pesquisa que culminou na seleção dos trabalhos a serem analisados e, mais adiante o desdobramento do perfil das autoras dessas produções.

### 3.1.

#### **O Serviço Social e a discussão de gênero**

O surgimento do Serviço Social teve sua origem na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, além do aprofundamento da questão social<sup>13</sup>. Nesse contexto, como uma forma de enfrentamento das múltiplas refrações da questão social, foram tomadas uma série de medidas de políticas sociais.

O processo crescente de expansão do capital passou a exigir profissionais capacitados para a articulação com a população. Sendo assim, houve a necessidade de uma profissional especializada que operasse com a coerção e a construção de consensos com o objetivo de contribuir para minimizar os conflitos sociais. A assistente social atua nessa relação entre o Estado, o qual demanda seus serviços, e as trabalhadoras, que de fato o recebem, ou seja, há uma separação entre intervenção e remuneração (Iamamoto, 2007).

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou

---

<sup>13</sup> Segundo Yamamoto, a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (2007, p. 77).

subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados (Iamamoto, 2007, p. 82).

Nesta perspectiva, de acordo com Iamamoto (2007), o Serviço Social é uma tecnologia social e a assistente social é uma técnica, cuja atuação é geralmente mediatizada pela prestação de serviços sociais em instituições que implementam políticas sociais específicas.

O Serviço Social, assim como as demais profissões, nasceu da exigência de conjunturas históricas de novas formas de atuação frente às necessidades sociais. Em se tratando dessa profissão, foi o acirramento da questão social que demandou a atuação de profissionais capacitados para o enfrentamento desta questão.

A tensão social presente no momento de emergência do Serviço Social levou a uma ação conjunta entre Estado, empresariado e Igreja. Apesar da divergência de interesses, tinham em comum o caráter moralizador e disciplinador frente à sociedade e suas demandas postas. Sendo assim, o Estado assumiu a regulação das tensões entre capital e trabalho através da efetivação de um conjunto de iniciativas (como a criação de leis sindicais, sociais e trabalhistas e de grandes instituições assistenciais), com o objetivo de atender as necessidades sociais das classes trabalhadoras. Foi nesse contexto de controle dos conflitos sociais que ocorreu o reconhecimento da questão social e, com isso, o surgimento do Serviço Social (Freitas, 2018).

De acordo com Lima (2014), a profissão possui três características marcantes no momento do seu surgimento além da sua relação inerente com a questão social: a) sua ligação às doutrinas religiosas; b) sua ligação à classe burguesa; e c) sua constituição como uma profissão de e para mulheres. Assim, a história do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido construída por mulheres. Muitos são os estudos que apontam a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social.

Na contemporaneidade, sobre o Serviço Social no Brasil, Iamamoto aponta que “com tal perfil (feminino), a assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (...)” (1999, p. 104).



No entanto, o Serviço Social apesar de ser uma categoria majoritariamente feminina, formada por 95% de profissionais do sexo feminino e, atender em seu cotidiano mulheres, em sua maioria, se manteve distante das lutas feministas, o que segundo Lisboa (2010) representa um desencontro entre Serviço Social e as questões de gênero.

(...) ao longo da história andamos em descompasso com os estudos feministas e/ou estudos de gênero, e que esse desencontro contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina (Lisboa, 2010, p. 67).

A autora parte do pressuposto que o processo de consolidação do Serviço Social no Brasil e, em grande parte dos países da América Latina, foi caracterizado por um forte submetimento e “sujeição” a um tipo de saber eurocêntrico<sup>14</sup> e androcêntrico<sup>15</sup> que deixou marcas profundas na profissão.

Paralelamente, o feminismo seguiu uma trajetória crítica a este androcentrismo, aos reducionismos, assim permitindo a abertura para teorias críticas contemporâneas e para a interdisciplinaridade (Lisboa, 2010).

A partir dos anos 1960, o Serviço Social do Brasil e da América Latina iniciam um Movimento de Reconceitualização da profissão. A profissão busca trabalhar numa perspectiva comprometida com a classe trabalhadora.

No Brasil, com o avanço do chamado Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, a vertente crítico-dialética (Netto, 2011), paulatinamente, consegue hegemonia na direção da categoria profissional através de um amplo movimento de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Isso marcou a aproximação cada vez maior com a teoria de Marx como forma de entender a realidade e o Serviço Social, ocasionando a construção das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, na efetivação do novo Código de Ética Profissional de 1993 e na revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, de 1996 (Freitas, 2018, p. 231).

---

<sup>14</sup> Que valoriza em demasia os valores europeus, da Europa. Que se centra na Europa e nos europeus para interpretar o mundo e a realidade. Que prefere a cultura europeia ou os europeus, em detrimento do restante (Dicionário Aurélio, 2020).

<sup>15</sup> [Antropologia] Relativo ao androcentrismo, à tendência para assumir o masculino como único modelo de representação coletiva, sendo os comportamentos, pensamentos ou experiências, associados ao sexo masculinos, os que devem ser tidos como padrão. [Popular] Refere-se à supervalorização do homem, e de suas experiências e comportamentos, não assumindo os seres humanos como igualitários, geralmente desvalorizando as experiências das mulheres ou a busca pelos seus direitos (Dicionário Aurélio, 2020).

Contudo, com o golpe de 1964 o Serviço Social passa a ter o próprio currículo como alvo de repressão e fiscalização, sendo a questão social, então, enfrentada pelo binômio repressão e assistência. Porém, para Lisboa,

Ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (2010, p. 67).

Após o início do debate acerca da ética no Serviço Social na década de 1980, o compromisso com a classe trabalhadora é ratificado no Código de Ética Profissional de 1986, sendo submetido a uma nova revisão no ano de 1993. Behring (2013) assinala que em profunda sintonia com os acontecimentos na sociedade brasileira, a revisão dos documentos fundacionais da profissão no Brasil, nos anos de 1986 e 1993, ocorreu devido à necessidade de adequação às demandas ético-políticas e profissionais.

O Código de Ética é ao mesmo tempo síntese de uma trajetória profissional, coletivamente construída em sua relação com o progresso de luta pela superação da ordem burguesa protagonizado pelas classes subalternas, e horizontes de possibilidades de conquistas enraizadas no solo real das políticas sociais, dos movimentos sociais, do Estado e da sociedade civil. Não se sustenta, portanto, numa relação entre o passado, o presente e o futuro unidirecional, mas em processos históricos produzidos por sujeitos coletivos portadores de vontade política, em uma dinâmica social com continuidades e rupturas, movida pela disputa de projetos societários distintos, cujos interesses antagônicos polarizam as classes e suas frações em relação às formas de organização da produção e de distribuição da riqueza social (Almeida, 2013, p. 101 – 102).

São constitutivos do Código de Ética Profissional das Assistentes Sociais de 1993, os princípios fundamentais que regem a profissão, cujo valor ético central está ancorado na liberdade. Tal reconhecimento visa à plena expansão dos indivíduos sociais na medida em que busca a autonomia e a emancipação humana. A defesa intransigente dos direitos humanos dialoga com as legislações nacionais e internacionais que objetivam a garantia dos direitos humanos. A busca pelo acesso aos direitos civis, sociais e políticos, expressa no princípio que visa à ampliação da cidadania, se apresenta como essencial para os desdobramentos do tratamento das questões de gênero no cotidiano profissional. No seu oitavo

princípio a categoria profissional opta hegemonicamente por um projeto profissional vinculado a uma nova ordem societária, e nega qualquer tipo de dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Assim, o Código de Ética Profissional é uma ferramenta fundamental no exercício da profissão no combate às desigualdades e às discriminações que podem assolar os sujeitos que demandam de atendimento por parte das assistentes sociais, além de auxiliar na conscientização das profissionais sobre o atendimento das necessidades específicas das mulheres vítimas de uma das expressões mais devastadoras da violência de gênero, a violência doméstica e intrafamiliar.

As questões de gênero estão imbricadas no interior da profissão, visto que o Serviço Social, bem como outras profissões ditas do cuidado, compõe o rol das profissões caracterizadas como “profissões femininas”. Isto é devido a sua procura ser maior entre as mulheres justamente por demandarem das profissionais uma postura doce, sensível, de serviço ao outro e de abnegação. Portanto, as mulheres educadas sob esses valores encontrariam sua “vocação” no desempenho do trabalho dessas profissões.

A lógica, essencialmente social, do que chamamos de “vocação”, tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento de abnegação (Bourdieu, 2012, p. 72 – 73).

Portanto, Lima (2014) aponta uma ligação entre o “ser mulher” e o Serviço Social, não só no Brasil como na experiência do Serviço Social em outras partes do mundo.

Posto isto, no final dos anos 1990 as discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma e adquirem certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social. Sendo assim, as diretrizes curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, entende que a discussão de gênero deve perpassar a formação profissional. Entretanto, não é assim que a formação profissional vem acontecendo efetivamente (Lima, 2014).

Lisboa (2010, p. 68) sugere que “as teorias feministas e os estudos de gênero constituam-se em um aporte teórico-metodológico significativo para o

Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe)”. De acordo com a autora os estudos de gênero demandam formas próprias de análises das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução, da discriminação no trabalho e, principalmente da cultura, aqui pensada como “práticas que produzem sentido”.

Não obstante, como mencionado anteriormente houve a consolidação da categoria gênero pela academia, como um todo, embasando os “estudos de gênero” em detrimento dos “estudos feministas” ou “da condição feminina”. Então a partir daí o Serviço Social se aproxima dos movimentos feministas e começa a incorporar as lutas das minorias, incluindo as questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras (Lisboa, 2010).

### 3.2.

#### **A formação profissional e o reflexo no atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica**

As histórias das usuárias atendidas pela assistente social não podem ser analisadas a partir de um único olhar. É o contexto ao qual o indivíduo se insere mediado por diferentes concepções teóricas como: classe, gênero, raça, etnia que revelará qual a realidade dos nossos sujeitos.

Deste modo, a fim de mapear as incidências da análise de gênero no Serviço Social, a autora Lole (2016) busca, em seu artigo, localizar os elementos teóricos profissionais que colidem e/ou possibilitam a abertura ao debate de gênero. Para tal, enfatiza o processo formativo de quatro instituições de ensino superior (IES) no Estado do Rio de Janeiro<sup>16</sup>.

Logo, a intenção do artigo é analisar as expressões e os efeitos atuais do gênero na profissão através de material empírico no âmbito da formação profissional, que é articulada pelas Diretrizes Curriculares, o currículo das

---

<sup>16</sup> A autora aponta que a pesquisa foi desenvolvida junto às escolas/departamentos de Serviço Social de quatro instituições de ensino superior (IES) no estado do Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), curso criado em 1937; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), curso criado em 1944; Universidade Federal Fluminense (UFF), curso criado em 1945; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), curso criado em 1940 (Lole, 2016).

unidades de ensino e seu projeto político-pedagógico, tal como o Código de Ética Profissional de 1993, o conjunto CFESS/Cress<sup>17</sup> e a ABEPSS. Assim, a autora considera a hipótese de que o tema foi sendo progressivamente incorporado às estratégias hegemônicas na profissão.

Lole (2016) assinala que mesmo com o crescente debate, na atualidade, acerca do tema no Serviço Social, ainda apresentamos alguns sinais de uma “subalternidade” dos estudos de gênero no interior da profissão, especialmente no plano dos currículos de Serviço Social.

A autora analisa que apenas uma das universidades estudadas foca a questão de gênero como um dos eixos estruturadores da formação profissional de forma contundente, tanto nos seus princípios norteadores, como na definição do conteúdo de um dos núcleos que agregam os conhecimentos veiculados no curso.

Segundo Lole (2016), a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) se distingue das demais unidades e àquelas Diretrizes, uma vez que evidencia dentre os princípios do seu projeto pedagógico a questão de classe, gênero e etnia explicitamente no cenário da superação da atual ordem societária burguesa.

O projeto pedagógico da ESS/UFRJ, sintonizado com o projeto ético político hegemônico do Serviço Social brasileiro, tem por princípios norteadores os valores explicitados na fundamentação do Código de Ética Profissional do Assistente Social: o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes (autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais), com a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e da justiça social; garantia do pluralismo e opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (UFRJ, 2001, p. 6 apud Lole, 2016, p. 563).

Esta, segundo Lole, “torna-se, assim, uma proposta formativa que incorpora a análise de gênero no quadro interpretativo da dinâmica da sociedade capitalista e das formas de superação desta” (2016, p. 564).

As relações de gênero precisam ser problematizadas na formação profissional das assistentes sociais visto que, pode ser útil para a reflexão sobre as relações sociais. Por atuarem junto a mulheres e homens, a formação deve

---

<sup>17</sup> Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

valorizar o estudo do gênero enquanto uma forma de organização da sociedade, criando condições para o desenvolvimento de uma intervenção profissional sintonizada com a realidade (Veloso, 2001).

Assim, a incorporação da categoria gênero é fundamental para a compreensão das desigualdades sociais e das relações sociais dos sujeitos ou grupos sociais. As questões de gênero, assim como as de classe, se complementam a fim de fornecer suporte para as análises políticas, econômicas, sociais e culturais. Segundo Lisboa (2010), “os estudos de gênero nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais” (p. 68).

Iamamoto (1999) aponta que um dos desafios para o Serviço Social é justamente a capacidade de decifrar a realidade e de construir nesta realidade novas respostas às demandas emergentes do cotidiano capazes de preservar e ampliar a efetivação de direitos. Esse compromisso com uma prática profissional emancipatória poderá fazer com que tenhamos usuários sujeitos dos processos sociais nos quais estão inseridos e capazes de observar, questionar e identificar o processo desigual de inserção.

Entender esse universo que se constitui nas relações sociais é imperativo para o trabalho das assistentes sociais. Em primeiro lugar, essa compreensão pode preservar as construções de valores, que ocasionalmente remetem a uma prática pouco emancipatória do usuário. Em segundo, tratar as relações de gênero de modo “natural” e imutável, pode levar a convivência do profissional com a manutenção dos padrões sociais existentes. “É no cotidiano da atuação profissional que se verificam os desafios ao conhecimento e a necessidade de um método investigativo e interventivo que considere a experiência produzida individual e coletivamente pelos sujeitos” (Lole, 2016, p. 565).

São nos espaços de trabalho, ou seja, nos espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais que as demandas de gênero são desveladas, sendo imprescindível a leitura da realidade do usuário não somente pelo viés econômico, mas também pelo de gênero. Portanto, Lisboa e Pinheiro apontam que:

analisar a violência contra a mulher, superando a leitura oposicionista entre os polos homem e mulher, ter claro que a relação conjugal é formada por duas pessoas e ambas exercem influência nessa relação, repensar nossa tendência de julgamento, que é considerar o homem sempre como o único responsável pela

violência e a mulher apenas como vítima, assim como perceber que a violência é construída social e historicamente pode auxiliar na compreensão do problema e na busca de alternativas para a intervenção profissional (2005, p. 202).

A violência cometida contra as mulheres tem sido considerada um dos principais entraves ao desenvolvimento de países do mundo inteiro, uma vez que é apontada pela ONU como uma violação dos Direitos Humanos e como um problema de Saúde Pública, causando diversas doenças nas mulheres, como: hipertensão, angústia, depressão, sofrimento psíquico, e outras.

Para Lisboa e Pinheiro (2005), a violência contra a mulher vem sendo objeto de denúncia ao longo dos anos, contudo, somente a partir dos anos 1980 ocorre o esforço para combatê-la e preveni-la, no momento em que o tema passa a incorporar as lutas dos movimentos feministas e de mulheres levando-o para o debate público.

O movimento feminista e de mulheres teve um papel preponderante no que tange as lutas e conquistas de políticas sociais e, principalmente, no que se refere às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, através de ações que buscavam garantir o atendimento específico para as mulheres que viviam situações de violência, como os SOS Mulher e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams).

De acordo com Lisboa (2010) trazer o debate acerca da equidade de gênero para as políticas públicas no Brasil foi um longo processo social e político de participação. Tal avanço só foi possível graças aos movimentos feministas e de mulheres que alcançaram visibilidade e legitimidade nos últimos 20 anos e pela produção de conhecimento no que se refere à temática das relações de gênero, além da resistência das mulheres no cenário político e social como sujeitos sociais.

Até então a violência contra a mulher era, em grande parte, restrita ao espaço privado, sendo perpetrada por alguém com quem ela mantinha uma relação afetivo-conjugal. O entendimento do poder público e da sociedade era expresso pelo ditado popular: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Sendo assim, a incorporação dessa temática pelo Serviço Social se faz necessária. Por ser a violência de gênero um fenômeno social, deve ser enfrentada através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta (Lisboa e Pinheiro, 2005).

Além do mais, as profissionais que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher apontam como um grande desafio a efetivação de uma rede de serviços que agregue os diferentes programas e projetos, a fim de consolidar uma política social de atendimento. Os serviços existentes ainda não conseguem atender as mulheres de forma integral (Lisboa e Pinheiro, 2005). Nesse sentido, é importante que a temática da violência de gênero e, em específico a violência doméstica e familiar contra a mulher, com foco da Lei Maria da Penha, seja objeto de estudo também na produção *stricto sensu* do Serviço Social.

### 3.3.

#### **Mapeamento da produção *stricto sensu* do Serviço Social acerca da Lei Maria da Penha**

Esta pesquisa sofreu algumas modificações ao longo do caminho até definirmos o objeto final a ser estudado. Quando iniciamos o mestrado tínhamos como proposta de estudo o levantamento e a análise da produção teórica sobre violência sexual. Não tínhamos nada muito definido, como em que área se realizaria a pesquisa, em que espaço de tempo ou se seria desenvolvida a partir da produção teórica da graduação ou da pós-graduação.

O primeiro passo foi entendermos que seria interessante e produtivo estender a busca para as produções que tratassem da Lei Maria da Penha, considerando que esta legislação engloba várias áreas do conhecimento no que tange a violência contra a mulher. O segundo passo foi direcionarmos a pesquisa para as produções teóricas *stricto sensu*, portanto, as dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Posto isto, partimos para uma busca exploratória que nos direcionasse para a definição da ou das áreas do conhecimento as quais seriam alvo da pesquisa. De acordo com Deslandes (2004), pode-se considerar a fase exploratória da pesquisa como uma das etapas mais importantes. A autora assinala que não se pode delimitar a duração da fase exploratória com tanta rigidez. Tal fase terá sido concluída quando a pesquisadora tiver seu objeto de pesquisa definido, o marco teórico conceitual construído, os instrumentos de coleta de dados definidos, o espaço e grupo de pesquisa escolhidos, a amostragem estabelecida e definidas as



estratégias para adentrar o campo. Porém, a pesquisadora não deve deixar de programar o fim desta etapa a partir de um cronograma.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Selltiz et al., 1967, p. 63 apud Gil, 2007, p. 41).

Para delimitarmos a área do conhecimento<sup>18</sup> recorremos à Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) a fim de buscar referência de bancos de dados de dissertações e teses. Foram-nos sugeridos os bancos de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

De acordo com informações do próprio site da BDTD, esta foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. Hoje, a BDTD se consolida como uma das maiores iniciativas, do mundo, para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações.

O estudo estruturou-se a partir de uma pesquisa documental de cunho exploratório, realizada a partir da BDTD buscando as teses e dissertações que trouxessem no assunto a expressão “Lei Maria da Penha”. Nesta busca exploratória preliminar o filtro utilizado foi o assunto, portanto, nos trouxe resultados de diversas áreas do conhecimento que tem a Lei Maria da Penha como foco de pesquisa. Encontramos como resultado 81 produções, sendo 65 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado.

---

<sup>18</sup> Segundo a Tabela de Áreas de Conhecimento/ avaliação da CAPES são 9 (nove) grandes áreas do conhecimento, sendo elas: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinar. A tabela da organização das áreas do conhecimento de Capes está disponível no link: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>

Tabela 1 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis na BDTD, por área do conhecimento.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISSERTAÇÕES		TESES	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ciências Sociais Aplicadas	32	49,2	03	18,8
Ciências Humanas	30	46,2	11	68,8
Ciências da Saúde	03	4,6	02	12,5
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>

Fonte: BDTD (2018).

Não foram encontradas dissertações e teses que discutissem o tema Lei Maria da Penha em outras áreas do conhecimento além das que foram apresentadas na tabela 1. A partir desses dados, concentramos nossa pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com a Tabela de Áreas de Conhecimento/avaliação da CAPES, a área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, reúne as seguintes matérias: Direito; Administração; Turismo; Economia; Arquitetura e Urbanismo; Desenho Industrial; Demografia; Ciência da Informação; Museologia; Comunicação e Serviço Social. Dessas 11 (onze) matérias que compõem as Ciências Sociais Aplicadas, apenas em três encontramos produções cujo assunto é a Lei Maria da Penha, conforme apresentamos na Tabela 2 adiante.

Tabela 2 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis na BDTD na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DISSERTAÇÕES		TESES	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Direito	23	71,9	03	100
<b>Serviço Social</b>	<b>7</b>	<b>21,9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Economia	2	6,3	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>

Fonte: BDTD (2018).

Em se tratando do Serviço Social, neste banco de dados, não encontramos nenhuma tese com o assunto Lei Maria da Penha, já nas dissertações obtivemos um total de sete, o que corresponde a 11% das dissertações. Cabe ressaltar que, o fato da Lei Maria da Penha fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro, explicaria o quantitativo significativo de dissertações discutindo a temática no Direito.

Partimos então para o banco de dados do catálogo CAPES de teses e dissertações. Utilizamos, mais uma vez, o termo Lei Maria da Penha delimitado por aspas, nos garantindo a busca da expressão como um todo. O resultado foram 354 trabalhos, dentre eles 286 dissertações e 68 teses.

Tabela 3 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis no Catálogo de teses e dissertações da CAPES.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISSERTAÇÕES		TESES	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>	<b>126</b>	<b>44,1</b>	<b>17</b>	<b>25,0</b>
Ciências Humanas	95	33,2	26	38,2
Multidisciplinar	33	11,5	11	16,2
Ciências da Saúde	21	7,3	09	13,2
Linguística, letras e arte	11	3,8	05	7,4
<b>TOTAL</b>	<b>286</b>	<b>100</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES (2018).

A utilização de alguns filtros nos ajudou a balizar e nos direcionou para uma busca mais focada. No que se refere aos filtros utilizados, optamos por filtrar as dissertações e teses acadêmicas, no período determinado entre os anos de 2006 até 2018, - desde a publicação da lei 11.340, em 7 de agosto de 2006 até o ano que esta pesquisa tem início, em 2018 - pelas áreas de conhecimento, quando constatamos que na área das Ciências Sociais Aplicadas predomina a maior

quantidade de produção das dissertações sobre a Lei Maria da Penha, com 126 trabalhos, o que corresponde a 44% dessa produção. No âmbito das teses, ocupa o segundo lugar, com 17 teses (25%). Nessa produção o maior número de teses encontra-se nas Ciências Humanas (38%).

Tabela 4 - Quantitativo de dissertações e teses sobre a Lei Maria da Penha disponíveis no Catálogo de Teses e dissertações da CAPES na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DISSERTAÇÕES		TESES	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Direito	95	75,4	13	76,5
<b>Serviço Social</b>	<b>22</b>	<b>17,5</b>	<b>2</b>	<b>11,8</b>
Arquitetura e urbanismo	3	2,4	0	0,0
Administração	2	1,6	0	0,0
Comunicação	2	1,6	0	0,0
Economia	2	1,6	2	11,8
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>

Fonte: Catálogo de Teses e dissertações da CAPES (2018).

Por fim, escolhemos filtrar os trabalhos na matéria do Serviço Social, nos levando ao quantitativo de 24 resultados, sendo 22 dissertações e 02 (duas) teses. Diante desse resultado, optamos por focar a pesquisa na produção teórica do Serviço Social. Cabe enfatizar que todas as sete dissertações encontradas no banco de dados da BDTD estão também inseridas no catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Dito isto, através do levantamento das produções científicas *stricto sensu* do Serviço Social no Brasil no período de 2006 a 2018 acerca da Lei Maria da Penha, decidimos por realizar uma pesquisa do tipo “Estado da arte” ou, como sugere Ferreira (2002), se preferir “Estado do conhecimento”. Iremos trabalhar com o universo das 24 produções, porém realizaremos um estudo qualitativo das 07 (sete) dissertações que constam em ambos os bancos de dados, a BDTD e o catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Concordamos com Fonseca (2002), que a pesquisa é a atividade nuclear da ciência. É ela que possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, sendo um processo sempre em construção, permanentemente inacabado. A pesquisa é realizada através de aproximações contínuas com a realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

O estado da arte é um tipo de pesquisa definido pelo seu caráter bibliográfico, que tenta suprir uma lacuna em certa área do conhecimento. Tem o desafio de mapear e discutir determinada produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, para responder de que formas e em que condições têm sido produzidas tais dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002).

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

Escolhemos as sete dissertações presentes nos dois bancos de dados para desenvolver uma pesquisa qualitativa, que, de acordo com Minayo (2004), responde a questões muito particulares. Nas ciências sociais ela tem a preocupação com uma realidade que não pode ser quantificada. Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A motivação em optar por esse tipo de pesquisa adveio da curiosidade de buscar conhecer a produção de conhecimento *stricto sensu* do Serviço Social que se dedicou a discutir a temática da Lei Maria da Penha, considerando a hipótese inicial de um escasso quantitativo desse nicho de produção.

Esse esforço também foi realizado com vistas a analisar o que já foi produzido pelos cursos de pós-graduação em Serviço Social sobre a Lei Maria da Penha, no Brasil, no período de 2006 a 2018; mapear o debate que o Serviço Social tem desenvolvido na sua produção; identificar as diferentes dimensões e perspectivas sobre a Lei Maria da Penha; os diferentes temas abordados na produção das dissertações e teses relacionados a Lei Maria da Penha e, ainda,

analisar a compreensão que o Serviço Social faz sobre a Lei Maria da Penha nestas produções.

Dessa forma buscamos conhecer a discussão que vem sendo construída nessa determinada área do conhecimento, na tentativa de mapear a produção científica *stricto sensu* do Serviço Social no que concerne à temática, sendo necessário para isto desvelar “quem”, “onde” e “como” estas pesquisas foram produzidas.

### 3.4.

#### **Perfil das autoras das dissertações e teses**

Este item se destina a analisar o perfil das autoras das produções selecionadas a partir da busca pelos trabalhos que abordam o tema da Lei Maria da Penha. Na análise, foram incluídas as seguintes variáveis: sexo; formação; região do programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social; docência; militância na temática; intervenção junto ao tema; e, pesquisa (Apêndices A e B).

Importante salientar que todas as informações a respeito das autoras foram adquiridas na Plataforma Lattes através de uma busca dos Currículos Lattes das autoras das dissertações e teses atualizados até o ano de 2019, ano em que a presente pesquisa foi realizada.

A Plataforma Lattes, de acordo com o seu próprio web site, representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Portanto, o Currículo Lattes se tornou uma importante ferramenta de registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, além de um padrão nacional. É adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do país devido à riqueza de informações e crescente confiabilidade e abrangência.

Uma das autoras apresentava o seu Currículo Lattes desatualizado, assim dificultando o acesso as informações necessárias para incluí-la em todas as etapas deste estudo no que se refere ao perfil das autoras.

### a) Sexo

No universo de 24 produções, 22 foram produzidas por mulheres, dentre elas 20 dissertações e 02 (duas) teses. Portanto, o que ocorre é uma concentração de autoras do sexo feminino, que representam 91,7% do total dos trabalhos selecionados.

A concentração de mulheres abordando o tema pode estar relacionada ao fato de algumas profissões, como o Serviço Social, ainda estarem ligadas culturalmente ao sexo feminino. Além disso, alguns temas como o da violência contra as mulheres aparentemente despertam maior interesse entre as mulheres.

A explicação hegemônica e dominante no mundo simplifica e dicotomiza diversos níveis da realidade social, embora as relações sociais sejam complexas e apresentem múltiplos elementos constitutivos. Nesse processo dicotômico (homem/ mulher, negro/ branco, alto/baixo, entre outros) é cabido ao homem o espaço da produção e do domínio público e à mulher, o espaço da reprodução e a esfera privada. “Desse modo, as “escolhas” profissionais feitas pelo indivíduo se encontram ligadas também às construções sociais feitas acerca dos gêneros” (Lima, 2016, p. 267).

De acordo com Faury (1998), o Serviço Social surge no Brasil já como uma profissão feminina, fruto da implantação da primeira escola de Serviço Social. Além do papel da Igreja Católica, os processos de urbanização e industrialização vivenciados pelo país e a consequente expansão do comércio e serviços, muda o perfil do trabalho e do trabalhador no Brasil. Logo, o gerenciamento dos problemas sociais necessitava de uma nova categoria profissional.

Ainda segundo a autora, a feminização da profissão também poderia estar associada à industrialização e expansão da escolaridade assim como ao processo de urbanização e participação feminina na vida pública. Isto porque por volta da década de 1935 as mulheres conquistaram o direito ao voto. Além disso, esse processo de feminização da profissão também pode ter a ver com a construção do fenômeno pelas próprias mulheres e que isto poderia ser do seu próprio interesse.

Segundo Faury (2003 apud Faury 1998), a realidade profissional dessas trabalhadoras comporta duas situações: a) o trabalho profissional em Serviço Social foi e ainda é exercido no meio de mulheres e por mulheres; e, b) o público

de usuários atendidos, em sua grande maioria, é constituído por pessoas do sexo feminino.

#### **b) Formação e a Região do Programa de pós-graduação stricto sensu em Serviço Social**

No que se refere ao curso de graduação, 20 são assistentes sociais, portanto 83,3%; 03 (três) são bacharéis em Direito, sendo 12,5%; e, 01 (uma) historiadora, 4,2%. Os dados não causam estranheza, considerando que a pesquisa restringiu-se à busca de trabalhos acerca da Lei Maria da Penha inseridos nos programas de pós-graduação stricto sensu em Serviço Social. Esses dados, também, nos demonstram que ainda são poucas as profissionais advindas de outras áreas do conhecimento que buscam a pós-graduação em Serviço Social.

Apesar de a profissão ter tido o seu início no Brasil nos anos 1930 e ter se institucionalizado na década de 1940, foi somente durante a vigência da ditadura militar, nos anos 1970, que esta área estreou na produção do conhecimento. Coincidentemente no mesmo momento em que ocorre a criação dos primeiros cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais e, particularmente, em Serviço Social. Fato que demonstra a sua recente trajetória (Nóbrega e Fonseca, 2010).

Nóbrega e Fonseca (2010) comentam que o Serviço Social constitui-se como uma profissão que apresenta uma característica fundamental, a condição e a necessidade de produzir conhecimento, sendo esta uma ferramenta indispensável para desvelar a realidade e, portanto, favorecendo a construção de alternativas críticas no enfrentamento da questão social. Além disso, é na implantação da pós-graduação que a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalecem de forma única.

Spozati (2007) assinala que foi o vínculo existente entre a produção de conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico que gerou a capacidade de interlocução entre pesquisadores provenientes do Serviço Social com aqueles ligados a outros saberes. Tal fato ampliou a inserção e a interlocução interdisciplinar, o que resultou na construção do reconhecimento científico dessa ‘nova’ perspectiva de análise do real.

Ao analisarmos as 24 produções de acordo com a região do programa, encontramos a seguinte divisão: Região Norte 01 (uma) (4,2%); Região Nordeste



09 (nove) (37,5%); Região Centro-Oeste 04 (quatro) (16,7%); Região Sudeste 06 (seis) (25%); e, Região Sul 04 (quatro) (16,4%).

Podemos inferir que a explicação para o diferencial no quantitativo de produções por regiões está na distribuição geográfica dos Programas de pós-graduação em Serviço Social pelo Brasil. De acordo com Silva e Carvalho (2007), verifica-se que a maior concentração geográfica dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social encontra-se na Região Sudeste, seguida da Região Nordeste, Região Sul, Região Centro-Oeste e Região Norte, com a menor concentração.

Portanto, o maior número de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social nas Regiões Sudeste e Nordeste apresentados pela pesquisa citada pode indicar uma relação com a quantidade de trabalhos relacionados à temática da Lei Maria da Penha encontrada neste estudo.

### **c) Docência**

A prática da docência em Serviço Social representa um espaço sócio-ocupacional para a assistente social, um trabalho profissional fundamental de apreensão e leitura crítica da realidade social, o qual busca uma ruptura com o pragmatismo e a emancipação sociopolítica do homem.

Silva e Carvalho (2007) realizaram um estudo com objetivo de evidenciar a contribuição e significado dos Programas de Pós-Graduação para a formação profissional e para a construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social brasileiro, em particular, e das Ciências Sociais.

A pesquisa teve como fonte principal de informações os relatórios anuais apresentados a CAPES pelos Programas de Pós-Graduação que compõem a área de conhecimento do Serviço Social no período de 2001 a 2003. Procedeu-se também a revisão de literatura sobre o Serviço Social brasileiro, considerando projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social junto a CAPES no mesmo período.

Os autores verificaram a simetria entre os Eixos Temáticos indicados no levantamento das teses e dissertações desenvolvidas pelo corpo discente e projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. Houve somente uma variação na incidência dos referidos temas, o que demonstra a centralidade das Políticas Sociais de Estado, em

resposta a demandas e necessidades sociais da população brasileira, seguindo-se do estudo de temáticas situadas no campo específico do Serviço Social. O Eixo temático etnia, gênero, orientação sexual aparece ocupando o quinto lugar dos projetos mais desenvolvidos pelo corpo docente.

O estudo também considera a produção bibliográfica, dentre eles, livros e coletâneas; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos apresentados para avaliação dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social junto a CAPES no mesmo período. E, ressalta a relevância de temas em desenvolvimento no âmbito das Ciências Sociais e do Serviço Social, principalmente nos últimos anos, expressos pelos Eixos Temáticos: Gênero/Violência; Terceira Idade/Envelhecimento e Programas de Transferência de Renda. As autoras afirmam que este aspecto revela a relação do Serviço Social com questões de nosso tempo (Silva e Carvalho, 2007).

Deste modo, como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas às expressões da questão social que são mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual, o Serviço Social precisa inserir, necessariamente, tais discussões na Graduação e considerar que a conjuntura atual, de crise estrutural do capitalismo, traz dificuldades e desafios para a profissão. É importante, portanto, considerar essas mediações, ao discutir a atual conjuntura na educação brasileira promovendo uma formação qualificada.

No que se refere à presente pesquisa, após análise dos Currículos Lattes (2019) de cada uma, identificamos que das 24 autoras: 12 são professoras universitárias em cursos de Graduação, um percentual de 50%. Contudo, apesar de realizarem estudos sobre a Lei Maria da Penha em suas dissertações e teses, apenas 04 (quatro) delas, ou seja, 33,3% ministram disciplinas envolvendo a temática da violência contra a mulher.

#### **d) Militância**

Identificamos que cinco, ou seja, 22,7% das autoras, tem algum tipo de militância no que se refere à temática da violência contra a mulher. Dessas, 03 (três) são assistentes sociais. Considerando o quantitativo de 20 mulheres que são

assistentes sociais, somente 13,6% ocupam os espaços de militância direcionados para a garantia e conquista de direitos das mulheres.

A explicação para tal fato pode residir na explanação de Heckert (1991), que aponta o combate das primeiras assistentes sociais, nas origens da profissão, tanto ao feminismo bem-comportado, liderado pelas sufragistas, como ao feminismo de esquerda. Apesar do seu surgimento em paralelo, a profissão manteve um distanciamento do movimento feminista brasileiro de primeira onda.

O Serviço Social não dialogava com as ideias liberais do movimento sufragista, muito embora as primeiras assistente sociais e as militantes desse movimento compartilhassem uma identidade de classe. No que se refere ao movimento feminista de “esquerda”, as mulheres do proletariado e/ou dos estratos médios da população que o compunham, discordavam ideologicamente das teorias anticomunistas que fundamentavam o Serviço Social.

A identidade da mulher assistente social se constrói distante dos movimentos feministas e mais próxima das concepções religiosas, em nossa sociedade. O panorama histórico dos cinquenta anos da profissão no Brasil revela que a incursão das ideias feministas no Serviço Social parece ser um processo em ascensão, mas que ainda não atinge a maioria da categoria profissional (Heckert, 1991, p. 66-67).

Portanto, a autora assevera que o movimento feminista não teve repercussão considerável entre as assistentes sociais, o que pode explicar a posição antifeminista, postulada pela doutrina social da Igreja, gerando assim, uma baixa aderência aos movimentos feministas e de mulheres.

#### **e) Intervenção junto à temática**

No que concerne a intervenção/atuação junto à temática da violência contra as mulheres, dentre as 24 autoras, 05 (cinco) trabalham na área, portanto um percentual de 20,8%. O estudo considerou as atividades desenvolvidas pelas autoras no mesmo intervalo de período da pesquisa, de 2006 a 2018.

Quadro 1 - Autoras que trabalham na intervenção com a temática da violência contra as mulheres.

	<b>Autoras</b>	<b>Onde atuam</b>	<b>Função</b>	<b>Período</b>
1	Fernanda Brandão da Silva	Casa da Mulher Carioca Tia Doca (Subsecretaria de políticas para a mulher-SUBPM/Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos-SMASDH-RJ)	Assistente social. Trabalha na divulgação de informações sobre o direito, pesquisa e diagnóstico da mulher, além de participar com orientações sobre as assembleias, entre outras atividades.	Atual
2	Marileia Bezerra Alves	Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Cabo Frio Polo Regional (CRAM – Cabo Frio)	Assistente social. Trabalha no atendimento individual e familiar. Orientação quanto aos serviços da rede, planejamento familiar. Foco na atenção aos casos de violência sexual e situações de abortamento. Implementação e coordenação de política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Atual
3	Emilly Marques Tenorio	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)	Assistente social. Atua nas matérias de infância e juventude, famílias, órfãos e sucessões e violência doméstica e familiar contra a mulher.	Atual
4	Aline Maria Freire da Rocha Almeida	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Trabalha no acompanhamento das usuárias, no atendimento às vítimas de violência, além de realizar palestras educativas.	2007 - 2011
5	Michele Ribeiro de Oliveira	Programa Mulheres Mil do IFCE - campus Iguatu.	Assistente social. Capacitação de mulheres de baixa renda em atividade produtiva vinculadas às vocações econômicas das regiões aonde acontece. Avaliação da situação de vulnerabilidade social, realização de entrevistas sociais e análise de documentação.	Atual

Fonte: Currículo Lattes (2019).

Segundo Faury, o conceito de intervenção utilizado no Serviço Social vai ao encontro de trabalhar os relacionamentos sociais, na perspectiva de mediação.

“A intervenção seria uma ação profissional que tem uma intenção: modificar ou alterar uma determinada situação social, os desafios imediatos, localizados, setoriais, cotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais”(2003, p. 108).

Nesta lógica, o debate acerca da violência contra as mulheres, subsidiado pelos estudos de gênero, tem a chance de proporcionar um espaço de mudança, abrindo passagem para reflexão e, quem sabe, a consolidação de novas formas de intervenção em Serviço Social.

#### **f) Pesquisa**

Das 24 autoras, 8 (oito), ou seja, 33,3% participam ou desenvolvem pesquisas, todas relacionadas ao tema da violência contra a mulher.

Spozati (2007), em um debate sobre a pesquisa em Serviço Social indica que a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalece a partir do processo de reconceituação, momento da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social, o qual questiona a sua ‘base científica’ europeu-americana.

Impulsionado por esse processo ocorre a implantação de cursos de Pós-Graduação na década de 1970. Por si só, a implantação da Pós-Graduação em Serviço Social significou a convalidação nos órgãos oficiais do campo do Serviço Social como área de estudo e pesquisa.

Tal reconhecimento da pesquisa no Serviço Social na institucionalidade científica, no CNPq como área de conhecimento e na CAPES como área de produção de conhecimentos foi e ainda o é, segundo Spozati (2007), de certa forma, resultante de inúmeras lutas. Essa conquista abriu possibilidade de financiamento da pesquisa em Serviço Social e a inclusão de pesquisadores do Serviço Social no quadro geral de pesquisadores do CNPq.

Por certo, ocorreu grande esforço nas décadas de 80 e 90 em fortalecer a base científico-profissional difundida, principalmente, através do processo de desconstrução e reconstrução crítica da profissão e de seu exercício, fundando-se no aporte sócio-histórico da análise do real, que foi disseminado pelo então ‘novo’ currículo de formação da década de 80 (Spozati, 2007, p. 17).

O mérito desse fortalecimento da pesquisa para as assistentes sociais está diretamente ligado à construção dessa nova cultura crítica no âmbito da profissão e da formação profissional (Spozati, 2007).

Apesar dos estudos envolvendo a temática estarem ganhando espaço entre as produções científicas do Serviço Social, fica evidente que o quantitativo de trabalhos ainda é tímido.

Considerando que o Serviço Social é uma profissão que apresenta como um de seus princípios a defesa de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, a Lei Maria da Penha constitui uma importante ferramenta já que defende e reafirma o direito das mulheres viverem sem violência.

A Lei instrumentaliza as assistentes sociais para atuarem no enfrentamento à violência contra as mulheres, uma vez que estas profissionais atuam na garantia da não violação de direitos, na busca da superação da violência, no movimento de erradicar a violência contra mulheres, na ressignificação do sujeito por meio da construção de espaços de escuta qualificada, no fortalecimento de vínculos sociais e familiares e na busca da emancipação dos sujeitos.

No próximo capítulo abordaremos de modo mais específico sobre o que o Serviço Social brasileiro tem discutido na sua produção científica *stricto sensu* no período de 2006 a 2018, acerca da Lei Maria da Penha.

## 4.

**Reflexões do Serviço Social sobre a Lei Maria da Penha**

Neste capítulo, a fim de realizarmos uma análise qualitativa da discussão acerca da Lei Maria da Penha na produção científica da Pós-Graduação stricto sensu do Serviço Social no Brasil, no período de 2006 a 2018, focamos o nosso estudo nas 7 (sete) dissertações encontradas na BDTD. Cabe ressaltar que dentre as 24 produções encontradas 7 (sete) dissertações constavam em ambos os bancos de dados utilizados na pesquisa, a BDTD e o Catálogo de teses e dissertações da CAPES, sendo este o critério de análise escolhido.

A Lei Maria da Penha, marco legislativo de proteção àquelas que se encontram em situação de violência ocorrida sob o viés de gênero, foi criada com a finalidade de assegurar os direitos humanos das mulheres. A Lei prevê, em suas disposições, mecanismos para prevenir, coibir e punir a prática da violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao destacarmos trabalhos que abordam essa temática temos o intuito de enfatizar a importância da produção acadêmica stricto sensu, uma vez que tais estudos poderão nos dar uma visão mais ampla quanto à efetividade e aplicabilidade dessa legislação, foco da pesquisa em curso.

Quadro 2 - Dissertações dos programas de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social sobre a Lei Maria da Penha disponíveis na BDTD.

	Ano	Título	Autora	Orientadora	Univ.
1	2010	Lei Maria da Penha do papel à implementação	Priscila Larratea Goyeneche	Teresa Kleba Lisboa	UFSC
2	2010	Gênero e conquistas: Lei Maria da Penha e o atendimento às vítimas de violência em Palmas/TO no ano de 2008	Alessandra Ruita Santos Czapski	Maria José Pereira Rocha	PUC – GO
3	2010	Lei Maria da Penha em Natal/ RN: limites e possibilidades no combate a violência de gênero contra a mulher	Marwyla Gomes de Lima	Rita de Lourdes de Lima	UFRN
4	2013	Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA	Teresa Cristina Melo Dos Santos	Maria Antônia Cardoso Nascimento	UFPA

	Ano	Título	Autora	Orientadora	Univ.
5	2014	Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE	Maria De Fátima Silva Oliveira	Maria Helena Santana Cruz	UFSE
6	2015	A Lei Maria da Penha e os desafios das medidas protetivas, no município de Goiânia, de 2011 a 2013.	Juliana Duarte de Mendonça Castro	Maria José Pereira Rocha	PUC – GO
7	2016	Violência, gênero e justiça: análise das decisões do tribunal de justiça do estado de Goiás, nos anos de 2013 e 2014	Inga Fares Razzouk	Maria José Pereira Rocha	PUC – GO

Fonte: BDTD (2018).

Para iniciarmos a análise dos trabalhos, realizaremos uma breve apresentação das 7 (sete) dissertações para o estudo qualitativo, a fim de contextualizarmos o nosso trabalho de campo. No caso do presente estudo, o trabalho de campo ficou circunscrito ao levantamento e à discussão da produção bibliográfica existente sobre a temática da Lei Maria da Penha, a qual cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, na produção *stricto sensu* do Serviço Social, não configurando o que originalmente consideramos como trabalho de campo propriamente dito. Contudo, concordamos com Cruz Neto, “de que essa dinâmica é fundamental para qualquer tipo de pesquisa. Essa forma de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento” (2004, p. 52).

Em seguida, buscaremos mapear o debate que o Serviço Social tem desenvolvido na produção *stricto sensu* sobre a Lei Maria da Penha a partir das dissertações elencadas. Serão analisadas as diferentes motivações que levaram ao desenvolvimento da produção das dissertações por estas autoras, além das categorias de análises utilizadas nos trabalhos, evidenciando os autores mais utilizados, a fim de analisar a compreensão que o Serviço Social faz sobre essa Lei nestas produções.



#### 4.1.

##### **Breve resumo das dissertações selecionadas**

**a) Título: Lei Maria da Penha do papel à implementação – concepções sobre violência contra a mulher presente nos operadores do sistema de justiça**

- Autor(a): Priscila Larratea Goyeneche
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social - UFSC
- Orientador(a): Profa. Dra Teresa Kleba Lisboa
- Ano: 2010

A presente pesquisa buscou analisar o tratamento judicializante concedido à violência contra a mulher, a aplicabilidade e a eficácia da Lei Maria da Penha, desde o atendimento dado pelas Delegacias da Mulher, IML's e a realização do inquérito policial, até o encaminhamento do caso aos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Pretende-se responder a seguinte pergunta, entendida aqui como o problema desta pesquisa: Quais as concepções sobre violência contra a mulher que estão presentes nos operadores do sistema de Justiça que intervêm diretamente nos processos de efetivação da Lei?

A autora explicita que o Serviço Social tem se vinculado a problemáticas que advêm de situações de exclusão e vulnerabilidade socioeconômica. A prática das Assistentes Sociais tem sido voltada para a preservação e efetivação de direitos, e, ainda, para a elaboração e implementação de políticas públicas orientadas para a superação de situações de precariedade econômica, dado que estas impedem e limitam o acesso ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida das pessoas. Com isto, o cotidiano do trabalho profissional tem exigido pesquisas sobre dados que nem sempre se encontram disponíveis nos registros ou cadastros das instituições. Conjetura que se agrava no caso desta pesquisa, quando fica constatado que não existem profissionais de Serviço Social nas instituições pesquisadas de atendimento às mulheres em situação de violência - Delegacia, IML e Juizado.

Frente a estas questões, a autora entende que o foco central dessa dissertação é desvendar a percepção dos operadores da Justiça, sobre o fenômeno

da violência contra a mulher e, como atuam frente ao problema. Espera-se, desta forma, que se possa desvendar este ponto da judicialização.

Sendo assim, o trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, sobretudo para construir o marco teórico, e enquadra-se no desenho metodológico de pesquisa qualitativa.

Com relação ao universo da pesquisa foi estabelecido o sistema judicial e judiciário de Florianópolis no que concerne ao atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, mais precisamente aos casos onde se aplicam a Lei Maria da Penha. Quanto à amostra, as entrevistas foram realizadas através da aplicação de questionário semiestruturado com os técnicos que operam nestas instituições e atendem dia a dia estas mulheres.

De acordo com a autora, o que se observou com essa pesquisa é que as práticas do Direito na resolução de conflitos familiares que chegam aos tribunais estão orientadas por certas concepções de gênero e de famílias que interferem na condução dos casos. Esta interferência já se inicia durante a realização do Boletim de Ocorrência quando o policial pode não traduzir adequadamente as palavras da queixosa, depositando seus preconceitos e seu cansaço sobre o texto.

Desta forma, a interferência que começa na elaboração do Boletim de Ocorrência segue durante o inquérito e em seguida durante o julgamento. Ou seja, os valores, costumes e preconceitos de todos aqueles que passam pelo caso ficam registrados nas folhas do processo podendo alterar de modo significativo o resultado do litígio.

A autora entende que a hipótese inicial da referida pesquisa foi confirmada, na medida em que ainda há dificuldade entre alguns operadores da Justiça de assimilarem a violência doméstica contra a mulher como um crime, em suas múltiplas expressões e, portanto, a eficácia da Lei torna-se reduzida.

#### **b) Título: Gênero e conquistas: Lei Maria da Penha e o atendimento às vítimas de violência em Palmas/TO no ano de 2008**

- Autor(a): Alessandra Ruita Santos Czapski
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PUC-GO
- Orientador(a): Profa. Dra. Maria José Pereira Rocha
- Ano: 2010

A autora aponta como objetivo de análise a aplicabilidade da lei Maria da Penha e sua contribuição para o atendimento e amparo das vítimas de violência doméstica na cidade de Palmas em algumas instituições, tais como: Centro de Referência Flor de Liz, Instituto Médico Legal, Delegacia Especializada de Atendimento as Mulheres-DEAM's de Palmas.

O trabalho busca realizar uma análise do processo de luta e articulação do movimento feminista e sua contribuição para a criação e aprovação da lei Maria da Penha. Além disso, problematiza as contradições e tensões existentes nas relações de gênero, visto que essas relações estabelecidas geram a violência doméstica. E ainda, discute como o movimento feminista atua na perspectiva reivindicatória dos direitos básicos para as mulheres.

Para a coleta de dados foi desenvolvido um estudo investigativo com mulheres vítimas de violência e com profissionais que atuam em três instituições que atenderam e ampararam vítimas de violência doméstica no ano de 2008 em Palmas – Tocantins: Centro de Referência Flor de Liz, Instituto Médico Legal e a Delegacia Especializada de Atendimento. A pesquisa foi realizada com as mulheres que consentiram participar do referido estudo por meio da aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas.

O estudo concluiu que, no município de Palmas, precisam ser realizadas campanhas educativas para alargar os canais de informação sobre as instituições que atendem as vítimas de violência doméstica, bem como informações sobre como recorrer a esse atendimento. Além disso, um grande desafio é fortalecer a rede que compõe o atendimento às mulheres, expandindo o atendimento para além da DEAM e do Centro Flor de Liz e, ainda, integrar ao quadro funcional das instituições, que não possuem, as profissionais de Psicologia e Serviço Social, pois essas profissionais são elos fundamentais no processo de atuação no atendimento das vítimas e enfrentamento da violência doméstica.

**c) Título: Lei Maria da Penha em Natal/ RN: limites e possibilidades no combate a violência de gênero contra a mulher**

- Autor(a): Marwyla Gomes de Lima
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social - UFRN
- Orientador(a): Dra. Rita de Lourdes de Lima

- Ano: 2010

O referido trabalho visou pesquisar como tem se dado a aplicação da Lei Maria da Penha em Natal-RN nas áreas jurídica e policial após quatro anos de sua promulgação. Neste sentido, a pesquisa, sob uma perspectiva crítica e feminista, visa contribuir para a compreensão de que a omissão do Estado frente às políticas sociais interfere diretamente no funcionamento e na aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Isso contribui para que as profissionais, diretamente envolvidos em sua aplicação, fiquem incapacitadas de fazê-lo plena e eficazmente, situação que não se pode conceber.

O campo de investigação ficou delimitado ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Natal e as duas Delegacias Especializadas no Combate a Violência Contra a Mulher, uma situada na Zona Sul (DEAM Ribeira) e outra, na Zona Norte da cidade.

O percurso metodológico contou com um processo de investigação constituído de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram realizadas sucessivas aproximações das instituições em estudo, compreendidas como parte da pesquisa exploratória, objetivando acompanhar a dinâmica das instituições em análise e das profissionais que nelas atuam, com o objetivo de perceber detalhes que não foram expressos por meio das entrevistas semiestruturadas.

Depois de quatro anos da promulgação da Lei, ainda se percebe que falta investimento público nas políticas que lhe dão suporte. Isso para que possa se efetivar na realidade brasileira e beneficiar a vida de milhares de mulheres, através da rede de proteção e assistência, formada por Centros de Referência, casas-abrigo, Defensorias Públicas, serviços de saúde, assistência social e jurídica, dentre outros instrumentos que ofertem proteção e acompanhamento às vítimas e a seus dependentes.

Foram percebidas as limitações, como acerca do entendimento do que sejam relações sociais de gênero entre as profissionais e a falta de investimento estatal na política, além dos avanços advindos a partir da Lei, como as medidas protetivas, tais elementos rebatendo diretamente na realidade vivida por essas profissionais.

**d) Título: Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA**

- Autor(a): Teresa Cristina Melo Dos Santos
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social - UFPA
- Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antônia Cardoso Nascimento
- Ano: 2013

A dissertação em análise tem como objetivo geral estudar e avaliar a efetivação da aplicabilidade da Lei n.º 11.340/06 – Lei “Maria da Penha” – no combate à violência doméstica e familiar no município de Belém/PA, bem como aprofundar o conhecimento sobre a temática da mulher, das relações de gênero e conhecer de que maneira pesquisadores e operadores de Direito avaliam a Lei “Maria da Penha”.

Uma vez verificada a presença expressiva da violência doméstica contra a mulher, entende-se que é importante a investigação acerca da efetividade desse dispositivo legal no combate e redução do fenômeno em Belém/PA, levando-se em consideração o seguinte questionamento: será que a Lei não está reduzindo a violência contra a mulher ou seu poder de enfrentamento está aumentando o número de denunciante na cidade de Belém/PA, fato expresso nas altas estatísticas? Como pesquisadoras feministas locais e operadores da Lei avaliam a aplicação desse instrumento que visa coibir a prática da violência contra a mulher? Tais perguntas parece que podem contribuir no processo de enfrentamento da questão no campo da pesquisa e da intervenção técnica.

O método de pesquisa utilizado no estudo se baseou no Materialismo Histórico-Dialético. Além do levantamento bibliográfico, o trabalho de pesquisa incluiu levantamento documental e o trabalho de campo, concentrando-se na DEAM/Belém, foco da pesquisa. Abrangeu ainda a 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Belém/PA e o Grupo de Estudo e Pesquisa “Eneida de Moraes” – GEPEM/UFPA, onde foram realizadas as entrevistas.

Para a autora, considera-se importante pontuar que os seis anos de aplicabilidade da Lei “Maria da Penha” em Belém ainda não surtiu resultados efetivamente satisfatórios, em decorrência da falta de equipamentos públicos destinados ao atendimento desse tipo de violência.

Dessa maneira, embora a Lei tenha proporcionado a possibilidade de proteção e justiça, essa situação ainda não se concretizou de fato em Belém do Pará. Porém, não se pode desconsiderar a importância desse instrumento legal e as profundas mudanças propostas por ele, com o objetivo de universalizar o acesso à justiça a segmentos da população historicamente excluídos de direitos e, principalmente, o mérito do reconhecimento da violência doméstica e familiar contra a mulher, em suas diferentes modalidades, como problema público e social, passível de interferência das forças do Estado.

Segundo a autora, para mudar esse quadro desfavorável na capital paraense, torna-se necessária a adoção de algumas ações que visam a contribuir para o enfrentamento ao fenômeno, elaboradas a partir das necessidades identificadas.

**e) Título: Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE**

- Autor(a): Maria De Fátima Silva Oliveira
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social - UFSE
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Helena Santana Cruz
- Ano: 2014

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a efetividade da Lei Maria da Penha, a partir das ações realizadas pela equipe técnica profissional formada por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada do Centro Regionalizado de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, de Tobias Barreto/SE.

A autora parte do pressuposto de que a Lei Maria da Penha, enquanto uma política pública para o enfrentamento da questão da violência doméstica contra as mulheres não está sendo efetiva para coibir e prevenir este tipo de violência. A desarticulação da rede de atendimento, gerando sobreposição de ações, serviços e programas, a forte presença de uma cultura patriarcal e machista regendo as relações na sociedade brasileira, a falta de capacitação contínua das profissionais

que atuam na rede de atendimento à mulher em situação de violência, são fatores que podem estar dificultando a efetividade da LMP e impossibilitando a mesma de atingir os seus objetivos, quanto à proteção e assistência à mulher em situação de violência.

O percurso metodológico escolhido foi a pesquisa qualitativa do subtipo estudo de caso. O referido trabalho buscou adotar a perspectiva histórico-dialética a qual fornece ao pesquisador elementos para que este possa capturar a estrutura e dinâmica do objeto a ser pesquisado. Foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturadas com membros da equipe composta por profissionais técnicos que atuavam no CREAM de Tobias Barreto no período de setembro a outubro de 2013.

A autora assinala que o CREAM de Tobias Barreto não está conseguindo viabilizar a proposta pactuada de regionalização deste serviço da Rede, visto que os pactos firmados não estavam sendo concretizados, ou seja, os demais municípios partícipes, não estavam cumprindo com as determinações acordadas. Disso resultava dentre outros problemas, no baixo quantitativo de profissionais a serviço do CREAM e na efetividade das ações realizadas por estes, considerando que as poucas profissionais ainda teriam os seus vínculos de trabalho fragilizados.

Além da Rede não estar devidamente articulada, outros fatores estavam contribuindo para que os serviços prestados não alcançassem resultados mais concretos e abrangentes, como o quantitativo reduzido de profissionais (principalmente em relação à equipe técnica) que estavam atuando no CREAM, a fragilidade dos seus vínculos empregatícios.

O estudo em questão por fim revelou, de acordo com a autora, que houve avanços importantes no enfrentamento da violência contra a mulher, trazidos, sobretudo, com a implementação da legislação específica que trata da violência doméstica, e com a criação dos CREAM's, equipamentos responsáveis pela assistência às mulheres em situação de violência.

Como conclusão a pesquisa aponta que qualquer projeto de prevenção da violência deve levar em conta a complexidade desse fenômeno que possui raízes macroestruturais, formas de expressão conjunturais e atualização na cotidianidade das relações interpessoais. Por causa do caráter complexo, a partir de qualquer ângulo que seja abordado esse processo social, as análises têm que ser abrangentes e específicas simultaneamente, assim como devem envolver

diferentes contextos e atingir os sujeitos que sofrem ou provocam intolerância, conflitos e agressões.

**f) Título: A Lei Maria da Penha e os desafios das medidas protetivas, no município de Goiânia, de 2011 a 2013.**

- Autor(a): Juliana Duarte de Mendonça Castro
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PUC - GO
- Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Pereira Rocha.
- Ano: 2015

Diante dos dados os quais colocam o estado de Goiás no 6º lugar em casos de feminicídios, a pesquisa em questão objetivou analisar a efetividade das medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/06, no município de Goiânia, no período entre 2011 a 2013, visto que o problema em relação à violência contra as mulheres em Goiânia justifica a necessidade de investigar e examinar os problemas decorrentes desse fato social, averiguando se os feminicídios e as demais formas de violência existentes são ocasionados pela falta de implementação e/ou da efetivação de políticas públicas.

Avanços significativos no combate ao crime cometido contra as mulheres, em decorrência da implantação da Lei Maria da Penha, foram constatados a partir da efetividade de medidas protetivas que asseguram a proteção às mulheres, permitindo que elas tenham acesso e atendimento especializado nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), onde são encaminhadas para os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Nesse sentido, em consonância com os dados apontados, objetivou-se analisar a Lei Maria da Penha e respectivas medidas protetivas que amparam aquelas em situação de violência; conhecer os programas de proteção que integram as medidas protetivas no município de Goiânia; e identificar a complexidade das relações entre os programas de proteção na realidade social deste município.

O estudo foi desenvolvido na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no município de Goiânia, juntamente a alguns programas de proteção que integram a Rede de Atendimento, como a Secretaria de Estado de Políticas para



Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser (CEVAM) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

De caráter qualitativo, o referido estudo consiste na coleta (entrevistas semiestruturadas), interpretação e análise dos dados a fim de que se obtenham percepções e respostas ao que foi proposto.

No decorrer da pesquisa, os resultados qualitativos mostraram que a violência contra as mulheres é um fenômeno social que confirma o enraizamento de práticas de dominação machistas e de naturalização da violência. Foi possível verificar que as mulheres, de forma geral, sofrem violações o tempo todo devido ao processo de banalização que precisa ser desconstruído. Não somente a violência contra as mulheres, mas as demais agressões gratuitas cotidianas, no trabalho, em casa, ou na rua, devem ser erradicadas.

Sendo assim, as informações obtidas no estudo e as considerações expostas têm como premissa instigar novas pesquisas e discussões sobre o tema, que necessita ser melhor abordado a partir de uma visão ampla após várias leituras e reflexões. Desse modo, buscou-se contribuir com os desafios impostos acerca das medidas protetivas e garantir mudanças que tragam benefícios às mulheres e aos profissionais que trabalham em prol da garantia dos Direitos Humanos.

**g) Título: Violência, gênero e justiça: análise das decisões do tribunal de justiça do estado de Goiás, nos anos de 2013 e 2014**

- Autor(a): Inga Fares Razzouk
- Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PUC - GO
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Pereira Rocha
- Ano: 2016

A pesquisa em voga tem como objetivo geral levantar dados e analisar o conteúdo das decisões penais proferidas pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) a fim de saber quais são as principais tendências interpretativas que moldam a aplicação das Leis nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e 9.099/95 (Lei do Juizado Especial Criminal) às infrações penais

praticadas contra as mulheres que se encontram em situação de violência, bem como os argumentos utilizados para fundamentar referidas decisões.

Destaca-se a forma pela qual o Poder Judiciário deve processar e julgar os processos de violência doméstica e familiar praticados contra as mulheres, sob o enfoque de gênero. Daí a importância em conhecer como estes casos estão sendo conduzidos na esfera jurídica, ou seja, conhecer a solução das demandas que são submetidas à Seção Criminal do TJGO. A compreensão sobre a realidade do discurso jurídico desta Corte é tarefa importante não somente para campo dos estudos feministas acerca da violência contra as mulheres, mas também em razão da segurança jurídica que se deve dar aos casos submetidos a julgamento.

O percurso metodológico adotado no estudo foi dividido em duas etapas: pesquisas bibliográfica e documental. Por meio do portal do TJGO, foi realizada a coleta de dados de acordo com o eixo temático, em decisões coletivas (acórdãos) que foram julgadas e publicadas pela Seção Criminal, no interregno de 01.01.2013 a 30.12.2014.

Foi desenvolvido um instrumento de pesquisa com quesitos fechados e abertos, devidamente preenchido a partir das leituras das decisões selecionadas, buscando anotar, dentre outros dados, os argumentos teóricos-jurídicos expendidos nos acórdãos penais.

Segundo a autora da pesquisa em análise em todos os casos observados em que se questionou a aplicação ou não desta Lei específica de proteção, a Seção Criminal entendeu que as mulheres estavam em situação fática que mereciam referida proteção legislativa. Ou seja, ao analisar cada caso concreto, foi crucial averiguação da existência de elementos indicativos de vulnerabilidade, inferioridade física ou econômica, hipossuficiência ou outra desigualdade baseada no gênero existente entre os agressores e as vítimas-mulheres. Ao assim fazer, a pesquisa concluiu que o TJGO mostrou o seu compromisso com o enfrentamento da violência praticada contra as mulheres, proporcionando a efetividade da LMP ao aplicá-la ao caso concreto, contribuindo para a mudança da abordagem deste fenômeno social.

Foi possível observar que todos os temas abordados visam analisar a aplicabilidade e a efetividade da Lei Maria da Penha no combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, seja através de entrevistas realizadas com as

profissionais que atendem nos serviços e instituições que atuam no enfrentamento dessa violência, seja a partir da análise da compreensão que o Poder Judiciário da questão de gênero nos processos dessa natureza.

## **4.2.**

### **Análise do debate do Serviço Social na produção *stricto sensu***

Assim como já mencionado anteriormente, seguiremos a análise das motivações que culminaram na escolha do tema e, por conseguinte na elaboração dos trabalhos desenvolvidos por estas autoras, além das categorias de análises utilizadas nas produções, ressaltando a compreensão que o Serviço Social faz sobre a Lei Maria da Penha nestas produções.

#### **a) Motivação**

Analizamos as dissertações com relação à motivação de cada autora para a escolha do tema trabalhado. O estudo evidencia a importância dos cursos de Graduação disponibilizarem em sua grade disciplinas, pesquisas, seminários, dentre outros, que discutam o tema da violência doméstica contra a mulher, visto que 3 (três) autoras relatam ter sido a aproximação com a temática durante a graduação, inseridas tanto em atividades de pesquisas quanto em campos de estágio, que despertou o interesse delas pelo tema, refletindo na escolha de seus objetos de pesquisa nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Neste mesmo contexto de discussão do tema a partir da academia, outra autora justifica a escolha pela temática considerando os vínculos que possui com um núcleo de pesquisa que relaciona Serviço Social e relações de gênero, além de ser o campo de trabalho e pesquisa pelo qual a autora particularmente optou em focar na atuação como assistente social e na futura atuação como docente.

A profissional que teve incorporados à formação acadêmica temas como a violência de gênero tem a oportunidade de desenvolver uma visão mais abrangente sobre a realidade das eventuais usuárias. Algumas profissionais não conseguem identificar a situação de violência uma vez que não entendem a violência doméstica como um problema de saúde pública, por exemplo, não tendo a chance de refletir sobre essa dinâmica cruel.

Segundo Diniz (2006), a capacitação das profissionais dentro da perspectiva de violência de gênero, amplia a discussão da equipe sobre gênero e saúde, em especial as relações entre a situação violenta e a saúde reprodutiva e sexual, partindo da evidência de que mulheres que experimentam tais situações frequentemente têm mais dificuldade em cuidar da própria vida.

Tão importante quanto o conhecimento teórico e prático sobre o assunto é a conscientização. O que se espera, segundo Costa e Penso (2005), é uma formação teórica, técnica, política e de qualificação pessoal, através de oficinas, vivências introspectivas para que cada um possa perceber como significa a violência na sua existência.

Em outra dissertação, a autora assevera que o despertar para o tema ocorreu devido ao fato da violência doméstica ser notícia veiculada nos meios de comunicação de massa quase que diariamente; estar presente no cotidiano de trabalho da assistente social; e, as pesquisas realizadas nesta área indicarem um aumento deste fenômeno.

Uma das autoras explica que a origem do interesse pelo tema advém das suas experiências profissionais, anterior e atual, trabalhando diretamente com a violência doméstica e familiar contra a mulher. O que nos leva a reconhecer que a práxis profissional se faz na relação entre conhecimento, ação e reflexão crítica, dirigidos a uma finalidade transformadora. É a práxis o que alimenta a teoria, mas ao mesmo tempo precisa estar aberta para ser fundamentada pelo conhecimento teórico.

A prática amplia os horizontes teóricos (os descobrimentos das forças produtivas caem sob o controle do intelecto), sem que se reconheça sua origem. Não só aporta critérios de validade, mas também fundamentos e novos aspectos e soluções de um que fazer, e até meios ou instrumentos inovadores. É certo que existem diferenças específicas ou autonomia entre teoria e prática. Não são idênticas: não sempre a segunda torna-se teórica; tampouco a primazia da prática dissolve a teoria: às vezes a teoria adianta-se à prática, e existem teorias ainda não elaboradas como práticas. O que diz que a prática não obedece direta e imediatamente às exigências da teoria, mas sim suas próprias contradições, e que somente em última instância, depois de um desenvolvimento histórico, a teoria responde à práticas e é fonte destas (Mayoral, 2007, p. 335).

Por fim, apenas em uma das dissertações a autora não apresenta os motivos que levaram à escolha da temática da violência doméstica contra a mulher para desenvolver sua pesquisa envolvendo a Lei que cria mecanismos para

coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha.

## **b) Categorias de análise**

Entendemos categorias como agrupamentos de elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito. Portanto, a definição das categorias de análise em qualquer pesquisa é sempre um processo complexo porque depende de muitos fatores. As categorias precisam se ancorar na fundamentação teórica utilizada, mas também precisam estar em harmonia com os dados coletados durante a pesquisa. De acordo com Deslandes, “a definição da base teórica e conceitual é um momento crucial da investigação científica. É sua base de sustentação” (2004, p. 40).

Verificamos que, dentre as 7 (sete) dissertações, 5 (cinco) apontam de forma evidente a categoria gênero ou relações sociais de gênero para desenvolver o respectivo objeto de pesquisa; 2 (duas) utilizam a categoria patriarcado; todas as dissertações utilizam a categoria violência, violência de gênero ou violência contra as mulheres; observamos que em 3 (três) trabalhos o movimento feminista e de mulheres ou feminismos também são indicados como categoria de análise; a Lei Maria da Penha também é indicada em 3 (três) dissertações; e, 2 (duas) trazem as categorias justiça ou judicialização.

- **Gênero**

Certamente, concordamos que a categoria gênero é imprescindível para a análise da violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que nos permite compreender que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Embora nem todas as dissertações tenham indicado gênero como uma categoria de análise, todas discutiram o conceito, considerando ser inviável a discussão da violência doméstica e familiar contra as mulheres sem mencionar as questões de gênero.

As diferenças e desigualdades entre os sexos são estudadas por intermédio da categoria gênero, que tem contribuído para a desnaturalização dos papéis

atribuídos a homens e mulheres, pois afiança que, a mulher não nasce inferior, biologicamente, por causa de seu sexo e nem o homem é superior a ela.

Os autores mais utilizados nos trabalhos analisados são: Simone de Beauvoir (1980), Heleieth Saffioti (1985; 2004) e Joan W. Scott (1995; 2002).

Das produções analisadas, que trabalham a categoria gênero de forma explícita - Czapski (2010), Lima (2010), Santos (2013), Oliveira (2014) e Razzouk (2016) - todas evidenciam a autora Simone de Beauvoir (1980), no entanto, é o conceito de gênero da historiadora Joan W. Scott, trabalhado no primeiro capítulo do presente estudo, que parece estar no centro da discussão.

Dentre essas autoras, 4 (quatro) trazem a definição de gênero segundo Scott (1995, p. 11), entendendo que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”.

O que, também, aparece nas dissertações é o reconhecimento da importância que a institucionalização dos estudos sobre gênero no espaço acadêmico brasileiro representou para as conquistas das mulheres no campo da legislação. Tal fato proporcionou um processo de alimentação e retroalimentação entre a academia e os movimentos feministas da época, ou seja, a academia, influenciada pelo movimento feminista brasileiro passa a tratar da temática da violência contra as mulheres.

Duas autoras, Lima (2010) e Razzouk (2016), analisam cada uma das dimensões apontadas por Scott que expressam as várias formas de manifestação do poder dos homens exercidos sobre as mulheres, em seus diversos aspectos. Esses elementos demonstram o poder materializado em diversas formas na sociedade, bem como no próprio meio jurídico, que, durante muito tempo, restringiu o direito das mulheres.

Percebemos um consenso nos trabalhos, de que o gênero, no entendimento de Scott, deve ser estudado abrangendo as relações entre homens e mulheres e não somente se configurar em estudos sobre as mulheres, como foi proposto assim que se iniciaram os debates dessa natureza no Brasil, estando sujeito a uma avaliação da história do sexo oprimido sem a compreensão sobre a totalidade das relações entre homens e mulheres (Scott, 1995).

Não há dúvidas quanto ao entendimento do conceito de gênero como uma categoria de análise que possibilita compreender as desigualdades entre homens e

mulheres, visto que são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos.

Contudo, a questão de gênero também é problematizada no sentido de que tem produzido amplos debates na academia, na sociedade em geral e entre os estudiosos do assunto. Uma das autoras observa que definir gênero tem sido uma tarefa complexa, considerando as amplas discussões sobre o tema, a vasta literatura e conceituações do termo que permeiam o âmbito acadêmico atual. Em sua dissertação, a autora Czapski pontua que:

É certo que o conceito de gênero, conforme Pereira (2004), expressa e traduz uma complexidade do seu objeto de análise, e as concepções sobre esse conceito apresentam alternâncias e desconstruções. Portanto, a criação desse conceito e a afirmação do termo gênero na sociedade contemporânea, mesmo que sob o ângulo de diversos aportes teóricos, buscam uma mudança na vida social, privada, intelectual, política das mulheres e uma transformação nas relações sociais, o respeito às minorias e a efetivação dos direitos sociais. As definições e debates em torno do conceito de gênero imprimem riqueza para a história e luta das mulheres, esse cenário de ideias tem provocado e instigado a construção e desconstrução de valores que incrementam e impulsionam a defesa à liberdade, igualdade e horizontalidade nas relações sociais (2010, p. 83).

Dois estudos, Lima (2010) e Razzouk (2016), apontam que Scott se baseia em Michel Foucault (1982) para analisar as relações de poder. Foucault acreditava que o poder está difundido pelas diversas instituições da sociedade como a família, a escola, a igreja, os manicômios, as instituições prisionais etc. Essa ideia de Foucault se materializou nas dimensões organizativas do gênero proposta por Scott (1990), mencionadas anteriormente.

Para Foucault (1982), as relações de poder sempre ocorrem entre pessoas capazes de resistir. Baseando-se nessa afirmação, compreende-se que, apesar das mulheres viverem em situação de violência, de exploração-dominação, e estarem em desvantagem em relação aos homens, ainda assim, reagem às violências sofridas criando seus próprios mecanismos de enfrentamento, que não se restringem à denúncia nas DEAM's (Lima, 2010, p. 54).

Porém, estes trabalhos trazem uma crítica de Saffioti (2005) a esta aproximação teórica de Scott a Foucault, na medida em que Scott não faz nenhuma restrição às ideias defendidas por ele, sendo influenciada por ele ao aceitar e adotar o seu conceito de poder, desconsiderando o âmbito em que este ocorre e a profundidade, além do alcance da análise.

Além disso, ambos são criticados por considerarem que nenhum deles apontam na direção de superação dessas desigualdades, por intermédio de uma nova forma de sociabilidade, na qual homens e mulheres possam ser iguais.

Outra crítica à Scott refere-se ao o conceito de patriarcado, visto que a mesma o caracteriza como sendo muito antigo e que, portanto, teria caído em desuso. Tal conclusão levou a autora a buscar o entendimento de Saffioti (2004), que no Brasil, é a autora que mais utiliza a categoria patriarcado. Para esta, recusar a utilização do conceito de patriarcado dá chances para que esse sistema de exploração-dominação busque maneiras menos visíveis para se expressar.

Também houve uma análise quanto à origem da desigualdade de gênero a partir de Marx e Engels. Segundo as autoras, Lima (2010), Santos (2013) e Oliveira (2014), esses autores trabalharam os aspectos gerais os quais mostravam a exploração e a opressão a que estavam submetidas tanto as mulheres como as crianças na nascente sociedade industrial.

Engels vai afirmar que a transformação da família se deu com o surgimento da sociedade classista e que a descendência da sucessão gentílica e hereditária matrilinear que fora substituída pela patrilinear, teria sido a grande derrota do sexo feminino na história universal. Conclui, portanto, que esta derrota trouxe consigo a repressão sexual da mulher, pois havia a preocupação de garantir a legitimidade dos filhos, surgindo a família monogâmica, cuja organização se baseava no domínio do homem e consequentemente na humilhação social da mulher.

Razzouk (2016) tece críticas à utilização da teoria marxista para explicar a desigualdade social da mulher. Apoiada em Rubin (1993), a autora concorda que são coisas muito diferentes explicar a utilidade da mulher para o capitalismo e afirmar que esta utilidade explica a gênese da opressão da mulher. Sendo assim, ela entende que a partir deste momento a análise do capitalismo passa a não esclarecer quanto à mulher e sua opressão.

- **Patriarcado**

Em duas dissertações analisadas, Lima (2010) e Oliveira (2014), o conceito de gênero está atrelado à categoria patriarcado, ou seja, as autoras



entendem que, o patriarcado é uma expressão específica das relações desiguais de gênero e, para isso, baseiam-se em Saffioti (2004).

Lima (2010) argumenta que um dos principais elementos a considerar no seu trabalho é a teoria do patriarcado que traz consigo outros elementos que a complementam como o poder e a dominação, todos presentes intrinsecamente nas relações estabelecidas entre os sexos.

A autora assevera que se encontra muita resistência quanto ao uso dessa categoria, em parte das estudiosas de gênero, defensoras da perspectiva cultural/simbólica, que consideram o patriarcado uma categoria “a - histórica” e “biologizante”.

Ambas as autoras defendem a utilização do conceito de patriarcado, que de acordo com Saffioti (2004), não torna as diferenças entre os sexos fixas e imutáveis, como as críticas sugerem. Segundo ela, “colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação - exploração” (2004, p.56). O patriarcado, assim, qualificaria as relações desiguais de gênero e indicando o vetor de dominação do homem sobre a mulher na sociedade.

Seguem nessa direção, explicando que o patriarcado é uma expressão específica das relações desiguais de gênero, já que as relações deste também apontam na perspectiva da igualdade entre as categorias de sexo.

Mesmo com os avanços feministas, a base material do patriarcado não foi destruída, ou seja, a sociedade é e continua notadamente patriarcal. Há de se concordar com Saffioti, pois o patriarcado constitui-se em um dos vários eixos que explicam a violência do homem perpetrada contra a mulher (Lima, 2010, p. 34).

As autoras criticam as teóricas adeptas da utilização exclusiva do conceito de gênero, uma vez que apesar de denunciarem a dominação masculina sobre as mulheres, acabam por invisibilizar o sujeito que atua como personagem principal do processo de domínio, qual seja, o homem.

Oliveira (2014) reforça que o conceito de patriarcado trazido por Saffioti (2004) refere-se ao contrato sexual, o qual diz respeito a uma história de sujeição que cria a dominação da mulher pelo homem. Ainda baseada em Saffioti (2004), a autora afirma que o conceito de patriarcado e gênero estão articulados e permitem uma compreensão maior acerca das desigualdades entre mulheres e homens, e

que, portanto, estudá-los de forma separada poderá levar à bipolarização da questão, ou até mesmo, desconsiderar o viés histórico presente nessas relações hierarquizadas.

Entende-se que as mulheres dentro do sistema patriarcal e capitalista não são vistas como trabalhadoras, mas, tão somente como mulheres. Isso implica em relações desiguais entre homens e mulheres, e em processos de segregação da mulher, relegando-a a sua condição feminina em todos os espaços de trabalho. Saffioti afirma que a exploração econômica que tem subordinado a mulher historicamente, também existiu em sociedades pré-capitalistas, mas foi com o advento do capitalismo (com a sua instauração e consolidação), que se instalou a desvantagem feminina (Oliveira, 2014, p. 33).

Entretanto, Oliveira (2014) também discute a ideia trazida por Castells (1999) de que o patriarcado estaria perdendo força com as mudanças sociais e culturais ocorridas no século XX, com os novos paradigmas tecnológicos. Alguns elementos estariam contribuindo, na contemporaneidade, para minar as estruturas patriarcais, como: maior oportunidade para as mulheres no mercado de trabalho; maior controle sobre o processo de reprodução humana; os movimentos feministas na superação da exploração e dominação das mulheres; e ainda, a globalização, facilitando a difusão de ideias e conexão das pessoas.

A autora sinaliza que essas mudanças colocam em questão o modelo e a estrutura de família patriarcal, mas não a extingue, podendo desse processo emergir novas formas e estruturas familiares.

- **Violência**

Para entender como a violência surge e porque ela é praticada, as dissertações trabalharam com a categoria violência, algumas desde a sua gênese, ressaltando sua importância para compreender a existência da Lei que combate a violência contra as mulheres. Todas contextualizam a violência doméstica e familiar, como expressão da violência de gênero, sendo esta baseada nas relações desiguais entre os gêneros fruto da sociedade e presente em todos os lugares e classes sociais.

Para discutir o conceito de violência e suas diversas formas, especificamente a violência doméstica e familiar contra as mulheres, as dissertações buscam suporte em autores como Michael Foucault (1982), Michaud

(1989), Minayo e Souza (1998), Marilena Chauí (1999), Heleieth Saffioti e Suely Almeida (1995; 2004), Hanna Arendt (2004), Minayo (2005), além de Pierre Bourdier (2005) explicando a condição da dominação masculina, dentre outros. Também se baseiam em documentos como: a Convenção de Belém do Pará (1996) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002).

Não é difícil perceber que a definição de violência é uma tarefa árdua ante a multiplicidade de compreensões a seu respeito. Não possui uma exatidão científica, uma definição consensual, variando segundo o modo como é influenciada pela cultura e valores de um povo e pelas normas sociais regentes, portanto as dissertações se apoiam em autores diversos.

Todas buscam a definição de violência trazendo diferentes autores, como os mencionados anteriormente, mas afirmam que apesar da complexidade em torno da conceituação do termo, é ponto comum entre os autores o uso da força (ou coerção) e do dano (dor ou sofrimento) causado a outrem, seja ao indivíduo ou ao grupo, a exemplo do que ocorre com a violência étnica, social ou de gênero.

Razzouk (2010) destaca que, para fins do trabalho apresentado, utilizará o conceito da OMS (2002), o qual deixa evidente a existência de relação entre violência e poder. Eis o teor da definição:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (2010, p. 22).

Já Czapski (2010), contextualiza a violência historicamente desde a Idade Média, passando pelo Estado Moderno, suas diversas formas e concluindo que em todas as suas manifestações, a violência sempre foi um dos principais problemas enfrentados pelos seres humanos, afeta a todos e tem aumentado desenfreadamente.

A autora aduz que:

A violência causa diversos problemas às suas vítimas e para combatê-la, seja ela da forma que se apresente, faz-se necessário a reflexão e a discussão sobre o impacto e as consequências da violência na vida das pessoas. Estudar esse fenômeno, suas causas e as formas efetivas de combate, constitui um exercício de cidadania em prol da militância na construção de um mundo mais fraterno, justo, onde impera a igualdade o respeito e o amor nas relações sociais entre os indivíduos (Czapski, 2010, p. 28).

Esta expõe, também, uma contextualização histórica da condição de sujeição da mulher na sua vida social e familiar, desde as sociedades agrárias até as sociedades contemporâneas. Na tentativa de compreender como a cultura do patriarcado contribuiu para o conjunto de injustiças, opressão e violência que o domínio masculino impôs às mulheres em diversas sociedades por meio dos tempos.

Lima (2010) e Oliveira (2014) expõem de forma sucinta que a violência sempre se apresentou como uma problemática social, e no capitalismo se desenvolve como uma das expressões da questão social atrelada às desigualdades sociais. Inscrita neste mesmo contexto, a violência contra as mulheres é igualmente caracterizada como uma das expressões da questão social, porém, é camuflada nas situações cotidianas que evidenciavam de forma mais contundente, a violência urbana; e por essa razão mais difícil de ser visualizada.

Após esse momento inicial, no qual algumas realizam essa análise do conceito de violência de forma mais abrangente, todas buscam, dentro do objetivo proposto por cada trabalho, trazer as definições ou conceitos de violência de gênero ou violência de gênero contra a mulher e violência doméstica contra a mulher.

Foi possível notar que existe um consenso entre todas as autoras quanto ao entendimento de que a violência doméstica contra a mulher é fruto da desigualdade de gênero estabelecida historicamente.

Diversas teorias instauradas e construídas pelos homens sobre a mulher, ou pelo próprio homem, restringiram a autonomia e a liberdade feminina, convertendo-as em uma relação de hierarquia, submissão e desigualdade. Nesse sentido, a violência contra as mulheres decorre sempre da desigualdade de poderes entre homens e mulheres, marcada por uma questão de gênero, atestando o domínio do homem na vida social (Castro, 2015, p. 25 e 27).

Em seu trabalho, Lima (2010) assinala que optará pela utilização da nomenclatura “violência de gênero contra a mulher” por entender que este termo melhor situa o sujeito que sofre a violência. Segue justificando que as terminologias como “violência doméstica”, “conjugal” ou “familiar”, não apontam o sujeito passivo da violência, além de tratar-se de conceitos diferenciados, uma vez que qualquer violência ocorrida no âmbito doméstico,

contra qualquer pessoa (crianças, adolescentes, idosas/os) constitui-se em violência doméstica.

Santos (2013) sinaliza que para efeito do seu trabalho utilizará como definição para a violência doméstica contra a mulher, o conceito dado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1993) como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada”.

A violência de gênero aparece, em pelo menos 5 (cinco) dissertações, como uma das expressões da questão social, o que remete a responsabilidade do Estado em promover políticas públicas para enfrentar e coibir a prática deste fenômeno. Portanto, nessa linha de raciocínio, a violência de gênero precisa ser enfrentada com políticas públicas, as quais somente se efetivarão através de lutas coletivas, dos movimentos feministas e de mulheres.

Encontramos também uma dissertação em que a autora, Goyeneche (2010), traz o conceito de dominação masculina de Pierre Bourdieu (2000) para explicar a violência doméstica contra as mulheres. Ela enfatiza que o sucesso da dominação reside na ideia dos dominados fazerem parte da própria dominação mesmo sem ter consciência disto, sendo a violência doméstica uma das formas de dominação que melhor expressa a desigualdade nas relações entre homens e mulheres em nível privado. Uma vez que o cônjuge, além de ser o principal agressor tem garantido acesso privilegiado à sua vítima.

Ela vai adiante e afirma que:

Com isto, a violência é exercida de maneira sutil e perversa, e conta em certa medida com o aval inconsciente da vítima, e com a aceitação da sociedade que torna o fato invisível, já que —em briga de marido e mulher não se mete a colher. Violência contra a mulher —é uma violência simbólica que vai cristalizando-se no inconsciente coletivo das pessoas e impõe uma maneira de relacionar-se: os homens têm que ser violentos e as mulheres submissas; essa maneira de agir é adotada como natural por todas as pessoas, como afirma Bourdieu (*apud* LISBOA, 2009, p.6) (Goyeneche, 2010, p. 89).

Quase todas as dissertações ressaltam a invisibilidade da violência doméstica contra as mulheres, já que esta sempre foi considerada pela sociedade como “normal”, ou seja, sempre existiram homens que maltratavam mulheres. No entanto, esse tipo de violência está presente em muitos lares, independentemente

de classe social, raça/etnia, idade, religião, grau de escolaridade ou condição financeira, perpetrada, em grande parte, por seu parceiro íntimo, daí a invisibilidade dos atos praticados. Para mais, o medo, a vergonha e a dependência financeira, moral ou psicológica são elementos que dificultam o registro de denúncias, contribuindo ainda mais, para a invisibilidade da violência doméstica e familiar praticada.

Em seu trabalho, Goyeneche (2010), complementa a ideia de invisibilidade da violência doméstica contra as mulheres quando menciona que a cultura patriarcal arraigada em nossa sociedade, que integra o sistema político e social brasileiro, aumenta a tolerância social aos casos de violência desse tipo, até mesmo dos funcionários encarregados de atender essas mulheres.

- **Movimento feminista e de mulheres**

É imperioso em todos os trabalhos o destaque à importância dos movimentos sociais, especialmente o feminista e de mulheres, que, ao pressionarem o Estado por políticas públicas em prol desse segmento, fizeram com que fosse dada visibilidade ao fenômeno social da “violência de gênero contra a mulher”.

Desde a origem da luta pela garantia de políticas públicas para as mulheres, o movimento feminista e de mulheres tem aparecido como ponto central. Teve participação efetiva na pressão feita ao Estado brasileiro na década de 1970, reivindicando as primeiras ações estatais nos casos de violência de gênero contra a mulher e, atualmente, atuou intensamente na reivindicação e elaboração da Lei Maria da Penha.

A militância feminista recebe atenção especial em todas as produções, tendo em vista o seu papel protagonista na conquista dos direitos das mulheres ao longo da história, enfrentando obstáculos, preconceitos e dificuldades a fim de romper barreiras e transpor as desigualdades, contradições e exclusão das mulheres.

As dissertações de Czapski (2010), Santos (2013) e Castro (2015), ressaltam o movimento feminista e de mulheres como categoria de análise, buscam realizar, mesmo que brevemente, um histórico dessa luta da militância feminista pelos direitos sociais das mulheres, que desafia a ordem conservadora

com intuito de transpor as barreiras que renegavam reformas sociais e políticas para as mulheres em todo o mundo.

No esforço de definir e compreender o movimento feminista e de mulheres e sua atuação à frente a uma sociedade sexista e patriarcal, as autoras buscam subsídios em diferentes autores, como: Pinto (2003), Rodrigues (2005), Gonçalves (2006), Buarque (2008), entre outros.

Castro (2015) considera que o movimento feminista é caracterizado por mulheres, pensadas como um grupo social específico, as quais trazem em sua bagagem, privações, discriminações, opressões e uma longa história de exclusões. Sendo, portanto, um movimento de luta que surge para combater as desigualdades existentes entre homens e mulheres, em prol de garantias de direitos (apud Rodrigues, 2005).

Czapski (2010) recorre ao que seria a origem do movimento feminista, muito embora sinalize ser difícil situar um marco preciso para o seu início. De acordo com a autora, o Movimento teria surgido nos Estados Unidos, em 1840, após as delegadas da Convenção Mundial contra a Escravidão terem sido proibidas de participar das discussões e obrigadas a assistir às sessões como meras observadoras. Duas das participantes indignadas organizaram um evento, que entrou para história como marco inicial do feminismo no Ocidente, podendo ser considerado o “primeiro esforço organizado para libertar as mulheres de sua dependência e reformular os ideais predominantes de domesticidade” (apud Gonçalves, 2006, p. 1163).

Já Santos (2013) aponta que para entender a luta das mulheres no enfrentamento à discriminação, pressão, desigualdade, violência, é preciso compreender que o feminismo existe há muitos anos como um movimento político e filosófico protagonizado pelas mulheres ao longo da história.

Esse movimento político propõe a emancipação, política, social e econômica das mulheres e defende rigorosamente a igualdade e liberdade para as mulheres, para que estas possam superar as múltiplas opressões e explorações que imperam na sociedade, as quais são marcadas por relações sociais desiguais cristalizadas entre homens e mulheres, impostas a partir do aparecimento da propriedade privada (Santos, 2013, p. 13-14).

Czapski (2010) indica que ao movimento feminista é atribuída a conquista do espaço para reelaboração, reinterpretação e reinvenção da condição feminina e

as relações sociais entre os sexos. Esse movimento conseguiu fazer uma transformação na vida social, privada, intelectual e política das mulheres e busca a equidade, o respeito às minorias, e a efetivação dos direitos sociais das mulheres para pôr fim à violência contra mulher.

Santos (2013) depreende que os movimentos feministas foram preponderantes nas conquistas e avanços legislativos em relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres, tanto na realização de lobbys nos espaços políticos e de poder institucional, quanto junto às mulheres nos seus diversos movimentos ou, ainda, se vinculando a outros movimentos da sociedade brasileira dos anos 1980.

Nesse sentido, o movimento feminista trouxe, com seus questionamentos e lutas, mais visibilidade à questão da violência contra as mulheres, lutando por sua erradicação e afirmando ser a agressão um problema de ordem pública e não privada (Castro, 2015, p. 24)

Não há dúvidas que todas as autoras compreendem a notoriedade da luta dos movimentos feministas e de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e sua fundamental contribuição para a criação de um importante instrumento jurídico para a proteção das mulheres agredidas que é a Lei Maria da Penha.

- **Lei Maria da Penha**

Do total de produções analisadas, 3 (três) dissertações trabalham a Lei Maria da Penha como categoria de análise, Castro (2015), Goyeneche (2010) e Czapski (2010). Estas realizam uma breve trajetória histórica sobre a Lei nº 11.340/06, revelando as circunstâncias de sua criação, a partir da luta da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes e apresentam os principais avanços que esse instrumento jurídico preconiza no enfrentamento à violência intrafamiliar.

Essas mesmas autoras, também realizam uma discussão sobre a atuação profissional no combate a violência doméstica, a necessidade de um trabalho integrado e qualificado entre profissionais de diversas áreas para a aplicação da



Lei Maria da Penha, ressaltando a ética profissional e a atuação do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica.

Goyeneche (2010) e Castro (2015) trazem dados do Brasil e do município de Goiânia, respectivamente, no que se refere à violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir dos dados nacionais, Goyeneche (2010), analisa que a judicialização, por si só, não altera os comportamentos e, portanto, não diminui a violência doméstica contra a mulher. Já Castro (2015), recorre às medidas protetivas, importantes instrumentos da Lei, para realizar uma análise sobre a efetividade dessa legislação.

A autora Czapiski (2010), avalia a legislação destinada ao combate da violência doméstica contra a mulher anterior a promulgação da Lei Maria da Penha, e, em seguida, realiza uma análise estruturada da referida Lei.

Nesse sentido, a Lei nº 11.340/06 é sem dúvida um avanço, mas até sua aplicação em total abrangência e em todo o país, faz-se necessário uma caminhada em conjunto para a instituição de políticas públicas de prevenção, políticas de atendimento às vítimas, que resultem na garantia do respeito e efetivação dos direitos dessas mulheres e seus filhos, bem como a restauração de sua condição de dignidade (Czapiski, 2010, p. 96).

Em comum, as 3 (três) autoras asseveram que embora a Lei Maria da Penha determine avanços consideráveis no combate ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher, é preciso uma série de fatores e a atuação integrada de diversos agentes para que se possa efetivar realmente o direito à proteção da vítima e a responsabilização do agressor.

- **Justiça**

Como mencionado, 2 (duas) dissertações, Goyeneche (2010) e Razzouk (2016), trabalham com a categoria justiça ou judicialização. Uma delas foca em desvendar a percepção dos operadores da justiça através de entrevistas, como entendem o fenômeno da violência contra a mulher, e como atuam frente ao problema. A outra destaca a importância em conhecer como os casos de violência doméstica e familiar praticados contra as mulheres, sob o enfoque de gênero, estão sendo conduzidos na esfera jurídica, através da análise das decisões coletivas (acórdãos) que foram julgadas e publicadas pela Seção Criminal.

A Lei pode ser considerada uma vitória dos movimentos de mulheres, porém, cabe lembrar que a simples promulgação da Lei, apesar de uma grande conquista, não passa de um mero —jogo de palavras. Judicializamos o privado, —metemos a colher da justiça nas brigas de marido e mulher, a questão agora é avaliar o quanto isto será realmente eficiente para garantir uma vida livre de violência doméstica às nossas mulheres. O que vemos é que a efetivação da Lei passa por caminhos mais tortuosos, e que não se resume à sua existência (Goyeneche, 2010, p. 31-32)

Ambas realizam uma análise da interface do sistema judiciário com a violência doméstica e familiar, porém a partir de enfoques diferenciados. Ao passo que Razzouk (2016) percorre por uma descrição das instâncias jurídicas, passa pelo olhar teórico do sistema de justiça sobre a violência doméstica e familiar e chega até o tratamento dado pelo poder judiciário goiano sobre a questão da violência contra as mulheres através da análise das decisões proferidas, Goyeneche (2010) realiza entrevistas para recorrer à visão que a sociedade tem do sistema judicial e judiciário e o atual perfil da administração de justiça brasileira, a partir da cidade de Florianópolis.

Para Razzouk,

Em tese o trabalho do movimento feminista em prol do enfrentamento e combate à este fenômeno social desde a década de 1970, percebe-se que o sistema de justiça ainda realiza interpretações eivadas com preconceito acerca das mulheres que se encontram em situação de violência, em face da ideologia patriarcal que insiste em predominar em nossa sociedade ao invés de reconhecê-las como detentoras de direitos, conforme preceito constitucional (2016, p. 74).

A autora é a única que apresenta um resultado essencialmente positivo na pesquisa, visto que chega à conclusão de que a judicialização das relações conjugais a partir do conceito da categoria gênero demonstra que os operadores do Direito, pelo menos no que diz respeito ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), aceitaram o novo paradigma advindo com a vigência da Lei Maria da Penha.

Portanto, segundo a autora, “ao aplicar a LMP, o poder judiciário goiano reconheceu a proteção que se deve dar às mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar, perpetrada por seus parceiros íntimos” (Razzouk, 2016, p. 103).

Muito diferente dos resultados encontrados por Goyeneche (2010), que após pesquisar sobre o cotidiano do atendimento ofertado às mulheres em situação

de violência nas diferentes instâncias da cidade de Florianópolis, constatou que estes serviços ainda estão bastante deficitários. Não há um quantitativo satisfatório de recursos humanos na delegacia, tampouco profissionais capacitados, não gerando a devida compreensão do fenômeno da violência doméstica e de gênero.

Diferentemente de Razzouk (2016), Goyeneche (2010) mostra que certas concepções de gênero que chegam aos tribunais interferem na condução dos casos na resolução de conflitos familiares, portanto isso demonstra a falta de conhecimento da categoria gênero e da própria Lei entre as profissionais que realizam atendimento direto a essas mulheres. Esta interferência, muitas vezes, já tem início lá atrás, no ato do registro do Boletim de Ocorrência, quando o policial pode não transcrever de forma adequada as palavras da queixosa, depositando seu julgamento moral e seus preconceitos sobre o texto. Ademais, a autora faz mais uma crítica baseada nos resultados de sua pesquisa, que o Estado ainda carece de aparelhos estatais e políticas públicas que confluam para a aplicabilidade da Lei Maria Penha.

Todo este processo de judicialização das relações sociais, na mesma medida que amplia o acesso ao sistema judiciário, acaba também por desvalorizar outras formas de resolução de conflitos. Como já frisamos neste trabalho, é preciso ter em conta que o problema da violência doméstica vai além de uma questão judicial e precisa ser entendido como um problema social (Goyeneche, 2010, p. 167).

Fica evidente na fala da autora, mediante as entrevistas, que os operadores da justiça pouco compreendem a violência doméstica contra a mulher como um crime, em suas múltiplas expressões, o que, certamente, compromete a eficácia da Lei. Portanto, não deixa dúvidas de que a existência de leis não é suficiente para que sejam alterados os costumes e regras de convivência nas sociedades.

Isto posto, quanto à análise do debate que o Serviço Social tem desenvolvido na sua produção *stricto sensu* sobre a Lei Maria da Penha, no período que vai desde a promulgação da Lei, em 2006, até o início desta pesquisa, no ano de 2018, avaliamos que apesar da pertinência do debate para a totalidade social e para as assistentes sociais enquanto profissionais que atuam com a temática, a produção ainda é escassa. No entanto, todas as dissertações demonstram um notável aprofundamento teórico do tema, problematizando as

questões de gênero, destacando a preponderância dos movimentos feministas e de mulheres, e ainda, contextualizando e analisando a aplicabilidade da Lei dentro dos espaços que atuam no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, seja no atendimento direto a essa mulher vítima da agressão, seja na efetividade da proteção das vítimas e punição dos agressores.

A Lei Maria da Penha foi criada na intenção de resguardar e assegurar os direitos humanos das mulheres. Hoje, representa um marco legislativo de proteção àquelas mulheres que se encontram em situação de violência, originadas pelas questões de gênero. As disposições contidas nesta Lei visam proporcionar mecanismos para prevenir, coibir e punir a prática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Os dados revelam que a violência doméstica contra a mulher está presente diariamente no Brasil, reforçada por uma cultura violenta de uma sociedade machista e sexista, na qual os ditos mais fortes submetem os mais fracos, transformando o ambiente familiar, que pressupõe um lugar de proteção, em um espaço perigoso para as mulheres.

Considera-se importante pontuar que, ao avaliarem a aplicabilidade e a efetividade da Lei Maria da Penha dentro das várias instâncias que compõem a rede de enfrentamento às mulheres vítimas de violência doméstica, as pesquisas indicam uma defasagem neste âmbito. Os estudos nos levam concluir que, muito embora haja grande esforço da equipe de profissionais que atua no atendimento dessas vítimas, existe uma falta de recursos humanos capacitados, provocando um atendimento ineficaz e precário; ausência de informação e capacitação permanente; falta de atendimento integrado; fragilidades dos vínculos empregatícios e, mais, espaços físicos inapropriados para um atendimento digno.

A ausência da intersetorialidade nas Políticas Públicas envolvendo todos os setores (educação, saúde, assistência, trabalho), aparece como uma das dificuldades assinaladas pelas pesquisas, o que demonstra uma rede de enfrentamento em dissonância com o estabelecido nas políticas direcionadas para a igualdade de gênero. Entendemos que é a partir da intersetorialidade das Políticas Públicas que se torna possível o atendimento integral dessa mulher vítima de violência, disponibilizando meios para que ela possa, de fato, interromper o ciclo da violência.

As dissertações, em suas pesquisas, evidenciam, em sua maioria, uma falta de investimento público nas políticas que oferecem suporte a essa legislação. Ainda temos um longo caminho até que essa Lei venha, com efeito, a se efetivar na realidade brasileira e beneficiar a vida de milhares de mulheres, através da Rede de Proteção e Assistência, formada por centros de referência, casas-abrigo, defensorias públicas, serviços de saúde, assistência social e jurídica, dentre outros instrumentos que ofertem proteção e acompanhamento às vítimas e a seus dependentes.

Dessa maneira, embora a Lei tenha proporcionado a possibilidade de proteção e justiça, essa situação ainda não se concretizou de forma permanente no país. Todavia, é preciso considerar a importância desse instrumento legal e as profundas mudanças propostas por ele, com o objetivo de dar visibilidade e segurança psicológica, emocional, física e patrimonial às mulheres vítimas de violência doméstica, além do devido reconhecimento desse fenômeno como um problema público e social, passível de interferência das forças do Estado.

## 5.

### Considerações finais

Este trabalho apresenta o caminho percorrido no estudo que teve como objetivo analisar qual a compreensão que o Serviço Social faz da Lei Maria da Penha na sua produção *stricto sensu*. Para tal, nos propomos a discutir categorias centrais para contar o processo histórico até a criação da Lei, identificando as razões que ocasionam a violência contra as mulheres e os problemas sociais de gênero que permeiam a sociedade.

A partir do entendimento de vários autores e de um esforço pessoal em pesquisar sobre o tema proposto, foi possível conhecer sobre o fenômeno da violência doméstica contra a mulher, a categoria de gênero, a luta do movimento feminista e de mulheres até a conquista da aprovação desse importante instrumento jurídico e, ainda, como o Serviço Social tem trabalhado o tema na sua produção *stricto sensu*.

Para explorarmos de forma satisfatória foi necessário abordar essa temática através de algumas das categorias tais como: gênero, violência de gênero, violência doméstica e familiar contra as mulheres, movimento feminista e de mulheres e a própria Lei, a fim de explicar a origem desta violência, analisando a sociedade como um todo.

No primeiro capítulo procuramos nos concentrar na discussão teórica acerca do conceito de gênero. Em seguida, percorremos os conceitos de violência, suas diferentes formas de manifestação, além de uma breve análise histórica do feminismo no Brasil, compreendendo a contribuição determinante do movimento feminista e de mulheres para a criação da Lei Maria da Penha.

No segundo capítulo destacamos a aproximação que Serviço Social realiza com a discussão de gênero no decorrer da sua trajetória nas Ciências Sociais aplicadas. Enfatizamos ainda, como sendo de fundamental importância a incorporação da discussão de gênero durante a formação profissional e quais os desdobramentos disso na atuação da assistente social no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Ademais, realizamos um estudo bibliográfico e documental resultando no mapeamento da produção científica *stricto sensu* do

Serviço Social acerca da Lei Maria da Penha no período de 2006 a 2018, com a finalidade de delinear o perfil das autoras das dissertações e teses.

Já no terceiro capítulo, dirigimos nossos esforços a analisar as reflexões que o Serviço Social realizou acerca da Lei Maria da Penha, tendo como universo as 7 (sete) dissertações selecionadas. Nesse sentido, exibimos um resumo conciso dessas produções, quando tivemos a oportunidade de verificar que todos os temas abordados visavam analisar a aplicabilidade ou a efetividade da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, nos diversos aparelhos que o Estado disponibiliza para o enfrentamento dessa violência, inclusive o sistema judiciário.

Todas as dissertações apresentam um significativo aporte teórico do tema, conceituando categorias fundamentais para a compreensão das questões de gênero, evidenciando a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres como essenciais na luta e conquista dos direitos das mulheres, considerando todo o movimento histórico até a criação da Lei. Tudo isso com a finalidade de analisar a aplicabilidade e/ou a efetividade desse instrumento jurídico nos espaços sócio-ocupacionais que atuam no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ainda que o debate acerca do tema da violência de gênero contra a mulher seja relevante para toda a sociedade, e principalmente, para as profissionais que trabalham no atendimento direto a essas mulheres acometidas por tamanha violência, dentre elas as assistentes sociais, ainda assim encontramos uma defasagem na produção envolvendo tal discussão dentro da Pós-Graduação stricto sensu do Serviço Social.

A violência de gênero contra a mulher tem como base comum as desigualdades que predominam em nossa sociedade. Portanto, seria oportuno que a formação acadêmica abordasse temas que discutissem as desigualdades existentes como, por exemplo, a relação de gênero. Valorizar o estudo do gênero, na formação profissional, enquanto uma forma de organização da sociedade possibilita o desenvolvimento de uma intervenção profissional sintonizada com a realidade.

Entender que a violência de gênero só se sustenta em um quadro de desigualdade de gênero pode auxiliar as profissionais que atuam diretamente na

rede de atendimento à violência contra as mulheres a compreender o fenômeno na sua complexidade.

Para além disso, a falta de investimento público nas políticas de enfrentamento a essa violência é evidenciada pelos trabalhos, dificultando que a legislação específica tenha o desempenho desejado no combate à violência contra a mulher. A efetivação da Lei Maria da Penha perpassa pelo enfrentamento de muitos desafios até que possamos ver uma mudança real na vida de milhares de mulheres vítimas da violência.

É somente através de uma rede de proteção e assistência, formada por centros de referência, casas-abrigo, defensorias públicas, serviços de saúde, assistência social e jurídica, dentre outros instrumentos que ofereçam proteção e acompanhamento às vítimas e a seus dependentes, trabalhando de forma articulada, que se torna possível para esta mulher agredida quebrar o ciclo da violência.

A análise dos trabalhos nos proporcionou identificar uma falta de conhecimento da legislação mesmo entre as profissionais que atuam diretamente no combate à violência de gênero contra a mulher. Entendemos que para haver uma estruturação adequada dos serviços prestados a essas mulheres, torna-se necessário que os órgãos responsáveis pelo atendimento às vítimas de violência, promovam capacitações continuadas sobre a Lei Maria da Penha, conforme prevê a legislação, e ofereçam incentivos para que as profissionais se qualifiquem. O reflexo seria a atuação de profissionais habilitados a tratar as situações decorrentes da violência de gênero, o aprimoramento dos atendimentos e a Lei aplicada de forma mais eficaz.

A Lei Maria da Penha ainda não foi efetivada como se espera no Brasil, tampouco é suficiente para mudar o comportamento dos sujeitos individualmente. Contudo, não podemos deixar de considerar a seriedade e a importância desse instrumento legal no enfrentamento da violência de gênero em suas diversas manifestações e as profundas mudanças que propõe. A Lei está atenta à proteção e ao reestabelecimento da mulher vítima de violência, proporcionando segurança psicológica, emocional, física e patrimonial, além de maior rigor no campo penal, com respostas que vão além da aplicação de penas restritivas de liberdade para os agressores. Porém, enquanto as profissionais que atendem a essas mulheres vítimas de violência, incluindo as assistentes sociais, não se apropriarem de forma



efetiva dessa importante ferramenta na luta contra a violência de gênero, teremos avanços limitados. No entanto, essa apropriação deve ser fruto do processo de qualificação das profissionais no âmbito da efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero com foco na violência doméstica e familiar contra a mulher.

## 6.

**Referências**

ALMEIDA, S. S. (Org.). Essa violência mal-dita. In: **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.

ALMEIDA, N. L. T. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: Conselho Regional de Serviço social (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BASTERD, L. L. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo** v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEHRING, E. R. Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas. In: Conselho Regional de Serviço social (Org.) **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BIANCHINI, A. Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar – artigo 8º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BOURDIEU, Pierre (1998). **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª edição, 2012.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2006/Lei/L11340.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11340.ht)

Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940** - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)> Acesso em: 17 de dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, v. 2, p. 236, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Presidência da República. **Norma Técnica de Padronização para Abrigamento e Funcionamento das Casas-abrigo do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília, 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Promulga a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm). Acesso em: 4 de março de 2020.

BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance. Antologia crítica**. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAMPAGNAC, Vanessa; MANSO, Flávia Vastano (Org.). **Dossiê Mulher**. 14. ed. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2019.

CAMPOS, C. H. **Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico**. Rev. Estud. Fem. vol.11 no.1 Florianópolis, jan/jun, 2003.

CAVALCANTI, L. F. **Ações da assistência pré-natal voltadas para a prevenção da violência sexual**: representações e práticas dos profissionais de saúde [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2004.

CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação). **A questão de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2005.

COSTA, Ana Alice A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P et al (Org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2006.

COSTA, L. F; PENSO, M. A. **Violência na Família. Coletânea de artigos. Enfrentamento a violência na rede de saúde pública do Distrito Federal**. 2005; 1: 8-13.

CRUZ NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DANTAS-BERGER, S. M, GIFFIN, K. M. **A violência nas relações de conjugalidade**: invisibilidade e banalização da violência sexual? Rev. saúde pública 2005; 21: 417-425.

DESLANDES S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DINIZ, S.G. **Violência de Gênero**: O trabalho com a violência de gênero como questão de saúde. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br>>. Acesso em: 03 de março de 2020.

DRAIBE, S.M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: **Política Públicas no Brasil**. Ed: Fiocruz, 2007.

FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos Feministas, florianópolis, 12 (1): 360, jan/abril, 2004.

FAURY, M. **Feminismo e Serviço Social**. Cadernos de Serviço Social FSS/PUC Campinas, Campinas, 1998, ano VIII n.13, p. 7-21.

FAURY, M. Estudando as questões de gênero em serviço social. In: **Pró-Posições**. vol. 14, N. 1 (40). Campinas:PU, jan/abr, 2003.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas Estado da arte Educação e Sociedade**. n. 79, ano XXIII, ago, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC Apostila, 2002.

FREITAS, R. C. S. et al. **História do Serviço Social: resgatando uma história de mulheres**. In: Em Pauta-Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, n.16, 2º semestre. 2018, p.228-246.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HECKERT, S. M. R. **Identidade e mulher no Serviço Social: Serviço Social e sociedade**, nº36, p. 55-73, ago, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21. ed. São Paulo/Lima: Cortez/Celats, 2007.

IBGE. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. n.38. ISBN 978-85-240-4448-9, 2018.

LIMA, R. L. **Docência e Serviço Social: condições de trabalho e saúde**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun, 2016.

LIMA, R. L. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações** Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan/mar, 2014.

LISBOA, T. K. **Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan/jun, 2010.

LISBOA, T. K.; Pinheiro, A. E. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher.** Revista Katálisis, vol. 8, núm. 2, jul/dez, 2005, pp. 199-210.

LOLE, A. **Gênero e Serviço Social:** uma análise a partir do paradigma indiciário. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 555-573, set/dez. 2016.

MAYORAL, María Rosa Palazón. A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez. In: ATILIO A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje:** Problemas e perspectivas Boron. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Campus Virtual. 2007.

MEDEIROS, L. **Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher:** políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Reflexão, 2016.

MEDEIROS, L. Os contextos e o processo de inclusão das reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista na agenda governamental. In: MEDEIROS, Luciene Medeiros (Org.). **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

MOURA, N. A. **A Primeira Onda feminista no Brasil:** uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 2, n. 2, 2018, pp. 62-86.

NÓBREGA, M. B.; FONSECA, C. C. **Produção de conhecimento científico:** a particularidade do serviço social. SER Social, Brasília, v. 12, n. 27, jul/dez. 2010, p. 165-188.

OMS (Organização Mundial de Saúde). **Relatório mundial de violência e saúde.** Geneva: OMS; 2002.

ONU. **Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher:** CEDAW. 2010. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf)>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

PASIANO, W. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PASIANO, W. **Estudos Feministas**. Florianópolis. 23(2): 352, mai/ago, 2015.

POUGY, L. G. Saúde e violência de gênero. In: **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.

RELATÓRIO de pesquisa. **A vitimização de mulheres no Brasil**. 2ª Ed, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, n. 16, p. 115–136, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Primórdios do conceito de gênero**. n. 12, p. 157–163, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de uma análise histórica**. 1995. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SEPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). **Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais**. Documento Base. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2004.

SILVA, L. E. L. DA; OLIVEIRA, M. L. C. DE. **Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 11, p. 3523–3532, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. **A Pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, n. 4, v. 8, p. 192-216, 2007.

SIMIONI, F; CRUZ, R. A. Da violência doméstica e familiar – artigo 5º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOUZA, M. C. **A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e suas Implicações para o Direito Brasileiro**. Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 5, 2009, pp. 346-386.

VELOSO, R. **No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 70-93, 2001.

VELOSO, R; BEZERRA, V. **Gênero e sociedade**: uma breve introdução à dimensão de gênero nas relações sociais. Teoria e Sociedade, v. 1, n. 12, p. 106-125, 2004.



## 7.

**Apêndice****Apêndice A**

A tabela apresentada a seguir refere-se à formação e inserção das autoras dos 24 trabalhos, a partir da mais antiga até a mais recente através dos anos de publicação. Separou-se também pelo título, tipo de produção (Dissertação ou Tese) e sob qual programa de Pós-graduação e Universidade as autoras realizaram o estudo.

<b>Autora</b>	<b>Pós-Graduação Stricto Sensu</b>				
	<b>Programa</b>	<b>Univ.</b>	<b>Produção</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
Fabricio André Tavares	Pós-Graduação em Serviço Social	PUC-RS	Dissertação	Das lágrimas à esperança: o processo de fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica	2008
Michele Ribeiro De Oliveira	Pós-Graduação em Serviço Social	UEPB	Dissertação	Avanços e limites da política de enfrentamento à violência de gênero e serviços de atendimento às mulheres no município de João Pessoa	2010
Izabel Solyszko Gomes	Pós-Graduação em Serviço Social	UFRJ	Dissertação	Campo minado: um estudo sobre femicídios na região metropolitana de Cuiabá	2010
Alessandra Ruita Santos Czapski	Pós-Graduação em Serviço Social	PUC-GO	Dissertação	Gênero e conquistas: Lei Maria da Penha e o atendimento às vítimas de violência em Palmas/TO no ano de 2008	2010
Priscila Larratea Goyeneche	Pós-Graduação em Serviço Social	UFSC	Dissertação	Lei Maria da Penha do papel à implementação	2010

Autor/a	Pós-Graduação Stricto Sensu				
	Programa	Univ.	Produção	Título	Ano
Marwyla Gomes de Lima	Pós-Graduação em Serviço Social	UFRN	Dissertação	Lei Maria da Penha em Natal/ RN: limites e possibilidades no combate a violência de gênero contra a mulher	2010
Marileia Bezerra Alves	Pós-Graduação em Política Social	UFF	Dissertação	Políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero - uma análise do perfil das mulheres em situação de violência doméstica e familiar em Cabo Frio	2011
Leidiane Souza de Oliveira	Pós-Graduação em Serviço Social	UFRN	Dissertação	Violência e luta por direitos no capitalismo contemporâneo: crítica à configuração do atendimento às mulheres no Rio Grande do Norte	2011
Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho	Pós-Graduação Políticas Públicas	UFMA	Dissertação	Análise da violência doméstica e intrafamiliar física e psicológica contra gestantes: percepções e repercussões na vida de mulheres atendidas na Unidade Mista do Itaqui Bacanga em São Luís/ MA	2012
Luana Regina Ferreira Do Nascimento	Pós-Graduação em Política Social	UnB	Dissertação	Aplicação da Lei Maria da Penha: um estudo sobre estereótipos de gênero no Judiciário	2012
Teresa Cristina Melo dos Santos	Pós-Graduação em Serviço Social	UFPA	Dissertação	Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA	2013
Cirlene Aparecida Doreto Picolo	Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social	UEL	Dissertação	Trabalho em rede como estratégia de enfrentamento à violência contra mulheres: um estudo do município de Maringá	2013

Autor/a	Pós-Graduação Stricto Sensu				
	Programa	Univ.	Produção	Título	Ano
Luana Zamprognio	Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	EMESCAM (Vitória)	Dissertação	A relação saúde pública e violência contra as mulheres: o processo de implementação da lei 10.778/03, no município de Cariacica	2014
Josanne Cristina Ribeiro Ferreira	Pós-Graduação em Políticas Públicas	UFMA	Dissertação	Lei Maria da Penha e poder judiciário: entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013	2014
Maria de Fátima Silva Oliveira	Pós-Graduação em Serviço Social	UFSE	Dissertação	Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE	2014

Autora	Pós-Graduação Stricto Sensu				
	Programa	Univ.	Produção	Título	Ano
Aline Maria Freire da Rocha Almeida	Pós-Graduação em Serviço Social	UFPE	Dissertação	Rede de proteção social do setor saúde no enfrentamento a violência sexual contra a mulher em João Pessoa/PB	2014
Juliana Duarte de Mendonça Castro	Pós-Graduação em Serviço Social	PUC-GO	Dissertação	A Lei Maria da Penha e os desafios das medidas protetivas, no município de Goiânia, de 2011 a 2013.	2015
André Gonzalez Cruz	Pós-Graduação em Políticas Públicas	UFMA	Dissertação	Violência, gênero e justiça: análise das decisões do tribunal de justiça do estado de Goiás, nos anos de 2013 e 2014	2016
Inga Fares Razzouk	Pós-Graduação em Serviço Social	PUC-GO	Dissertação	Violência, gênero e justiça: análise das decisões do tribunal de justiça do estado de Goiás, nos anos de 2013 e 2014	2016
Emilly Marques Tenorio	Pós-Graduação em Políticas Públicas	UFES	Dissertação	Entre a polícia e as políticas: análise crítico-feminista da Lei Maria da Penha e das medidas de proteção de urgência judiciais	2017
Roseane da Silva Sousa	Pós-Graduação em Serviço Social	UEPB	Dissertação	Família e gênero: uma abordagem das suas concepções a partir da política nacional de assistência social – PNAS	2017
Fernanda Brandão da Silva	Pós-Graduação em Serviço Social	UFRJ	Dissertação	O enfrentamento da violência de gênero: uma análise a partir das bases de dados dos crimes de violência física, sexual e feminicídios	2017

Autora	Pós-Graduação Stricto Sensu				
	Programa	Univ.	Produção	Título	Ano
Sônia Maria Araújo Figueiredo Almeida	Pós-Graduação em Serviço Social	PUC-RS	Tese	Casa-Abrigo para mulheres no Rio Grande do Sul: perspectivas de enfrentamento à violência doméstica na esfera familiar	2010
Luciene Alcinda de Medeiros	Pós-Graduação em Serviço Social	PUC-RJ	Tese	Políticas de enfrentamento da violência contra a mulher: o processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986-2006)	2012

## Apêndice B

A segunda tabela apresentada abaixo refere-se à formação e inserção das autoras dos 24 trabalhos separadas mais uma vez pelas Universidades e cursos feitos na Graduação. O apêndice se propõe a analisar a Docência, Militância e Pesquisa de cada um dos participantes.

Autora	Graduação		Docência	Militância	Pesquisa
	Curso	Univ.			
Fabricio André Tavares	Serviço Social	ULBRA	X	-----	-----
Michele Ribeiro De Oliveira	Serviço Social	UFPB	X	-----	-----

Autora	Graduação		Docência	Militância	Pesquisa
	Curso	Univ.			
Izabel Solyszko Gomes	Serviço Social	UFMT	Professora na Facultad de Ciencias Sociales da Universidad Externado de Colômbia em Bogotá no curso de graduação sobre as temáticas: serviço social, enfrentamento da violência contra a mulher, políticas públicas, femicídio, feminicídio, gênero, violência, direitos humanos, justiça, conflito armado, estratégias de resistência das mulheres.	-----	X
Alessandra Ruita Santos Czapski	Serviço Social	Centro Universitário Luterano de Palmas	Professora na Unitins (Universidade Estadual do Tocantins), no curso de graduação sobre as temáticas: Gênero, políticas sociais, violência doméstica contra a mulher, dependência química, álcool e outras drogas.	-----	-----
Priscila Larratea Goyeneche	Serviço Social	UFSC	-----	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Florianópolis	X

Autora	Graduação		Docência	Militância	Pesquisa
	Curso	Univ.			
Marwyla Gomes de Lima	Serviço Social	UERN	X	-----	X
Marileia Bezerra Alves	Serviço Social	UFRJ	X	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)	-----
Leidiane Souza de Oliveira	Serviço Social	UFRN	X	-----	X
Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho	Serviço Social	UFMA	X	-----	-----
Luana Regina Ferreira do Nascimento	Serviço Social	UnB	-----	-----	-----
Teresa Cristina Melo dos Santos	Serviço Social	---	Lattes incompleto		
Cirlene Aparecida Doreto Picolo	Serviço Social	Centro Universitário de Maringá	X	-----	-----
Luana Zamprogno	Serviço Social	EMESCAM (Vitória)	-----	-----	-----
Josanne Cristina Ribeiro Ferreira	Direito	UNICEUMA	X	Advogada militante nas áreas de Violência de Gênero, Doméstica e Familiar, Direito de Família e Sucessões (não informa o local)	X
Maria de Fátima Silva Oliveira	Serviço Social	UFSE	-----	-----	-----

Autora	Graduação		Docência	Militância	Pesquisa
	Curso	Univ.			
Aline Maria Freire da Rocha Almeida	Serviço Social	UFPE	-----	-----	-----
Juliana Duarte de Mendonça Castro	Serviço Social	PUC-GO	-----	-----	-----
André Gonzalez Cruz	Direito	UFMA	-----	-----	-----
Inga Fares Razzouk	Direito	PUC-GO	-----	-----	-----
Emilly Marques Tenorio	Serviço Social	UFF	-----	-----	-----
Roseane Da Silva Sousa	Serviço Social	UFPB	-----	-----	-----
Fernanda Brandão da Silva	Serviço Social	UFRJ	-----	Coletivo Feminista de Práticas em Saúde – Rio de Janeiro (projeto social)	-----
Sônia Maria Araújo Figueiredo Almeida	Serviço Social	PUC-RS	Coordenadora e professora de cursos de extensão sobre as temáticas: violência doméstica, entre outras, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos	-----	X



Autora	Graduação		Docência	Militância	Pesquisa
	Curso	Univ.			
Luciene Alcinda de Medeiros	História	PUC-RJ	Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, onde leciona no curso de graduação. Coordena e leciona nos cursos de Pós-graduação Lato Sensu em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Atendimento à Criança e Adolescente Vítima de Violência Doméstica	Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias e Fórum Regional dos Direitos da Mulher da Baixada Fluminense	X